

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS DE OURINHOS**

CAROLINA MICHELLE BRITO

**SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA
AOS ESTUDOS DA GEOGRAFIA DO TRABALHO**

Ourinhos-SP

2017

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS DE OURINHOS**

CAROLINA MICHELLE BRITO

**SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA
AOS ESTUDOS DA GEOGRAFIA DO TRABALHO**

Ourinhos-SP

2017

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS DE OURINHOS**

CAROLINA MICHELLE BRITO

**SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA
AOS ESTUDOS DA GEOGRAFIA DO TRABALHO**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada à banca examinadora
para obtenção do título de Bacharel
em Geografia pela UNESP – Campus
de Ourinhos**

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

Ourinhos-SP

2017

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

Profa. Dra. Terezinha Brumatti Carvalho

Prof. Dr. Fernando Mendonça Heck

Ourinhos, 19 de novembro de 2017.

Resumo: Ao assumir o trabalho como categoria ontológica sobre o qual deve incidir a investigação científica da realidade social, o presente trabalho tem como objetivo apresentar as principais contribuições da categoria superexploração da força de trabalho para a análise geográfica das relações de trabalho. A categoria superexploração da força de trabalho é parte do arcabouço teórico da Teoria Marxista da Dependência. A partir dessa exposição, essa pesquisa também trata de estabelecer a importância da categoria superexploração da força de trabalho para o entendimento da forma particular do capitalismo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: geografia; superexploração; dependência; capitalismo.

ABSTRACT: The present work is focused on the presentation of the contribution of the superexploitation category of the workforce to the geographic analysis of labor relations. This category is part of the theoretical terminology of the Marxist Theory of Dependency. From this exposition, the paper tries to establish the importance of the category superexploration of the work force for the understanding of the particular form of Brazilian capitalism.

KEYWORDS: geography; superexploration; dependency; capitalism

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. OBJETIVOS.....	7
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
4. A CRÍTICA DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO.....	30
5. SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS DA GEOGRAFIA DO TRABALHO.....	41
6. CONCLUSÃO.....	58
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar as principais contribuições da categoria superexploração da força de trabalho para análise geográfica das relações de trabalho, em especial, no tratamento da particularidade da formação nacional. Essa categoria é parte fundamental do arcabouço conceitual da Teoria Marxista da Dependência propõe uma interpretação marxista da relação entre o desenvolvimento do sistema capitalista nos países do centro, à medida que aprofunda o subdesenvolvimento dos países periféricos.

Contudo, anterior a esse debate, para fundamentar nossa análise, buscaremos expor em linhas gerais as contribuições do pensamento marxiano a partir da sua interpretação ontológica centrada na categoria trabalho como fundadora do ser social. Em outras palavras, é no entendimento ontológico da categoria trabalho presente na obra marxiana que encontramos elementos para apreender as formas de sociabilidade humana. Em especial, entender os nexos da forma- etapa histórica da sociabilidade humana marcada pelo estranhamento das relações sociais reificadas e fetichizadas pela ordem do capital.

A perspectiva teórica que sustenta a nossa análise parte a interpretação ontológica do pensamento marxiano que inaugurou bases para uma nova teoria social em rompimento com tradição epistêmico-cientificista moderna. Para Lukács, a obra marxiana propõe uma nova caracterização da cientificidade, trata-se de um rompimento com as formas moderna de abordagem da problemática do conhecimento ou da teoria do conhecimento, caracterizada pela preponderância da lógica e da metodologia.

A exposição sobre as bases ontológicas do pensamento marxiano será realizada a partir do debate sobre as formas de abordagem da problemática do conhecimento. A obra de Marx inaugura um novo padrão de cientificidade em oposição ao padrão moderno de pensamento científico que foi estruturado a partir de elementos epistemológicos-gnosiológico. Primeiro debateremos o ponto de vista gnosiológica e em seguida, abordaremos o ponto de vista ontológico, com destaque para a vertente histórico-social.

Na última parte, ao resgatar os principais elementos da história do pensamento geográfico, vamos apresentar as formas de entendimento da categoria trabalho na análise geográfica, percorrendo sobre a proposta da Geografia do Trabalho e suas principais tarefas. Por fim, entraremos no debate da Teoria Marxista da Dependência com destaque para a exposição da categoria superexploração da força-de-trabalho. Ela representa um importante aporte analítico para o entendimento da particularidade da formação capitalista brasileira. E por consequência fundamental para a análise geográfica das relações de trabalho no Brasil.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivos Gerais

No âmbito do capitalismo mundial, a formação econômica-social brasileira desempenha o papel de capitalismo dependente que atribui especificidades as formas de exploração da força de trabalho. Desse modo, para apreender os principais desdobramentos da divisão internacional do trabalho para o espaço geográfico brasileiro é preciso conhecer a forma particular que o capitalismo dependente adotou. Na atual fase de subordinação do trabalho ao capital, acreditamos que a categoria superexploração da força de trabalho (Marini, 1973) é importante aporte explicativo para apreender as modalidades de potenciação da exploração do trabalho. Nesse sentido:

- o objetivo geral dessa pesquisa é apresentar as principais contribuições da categoria superexploração da força de trabalho para análise geográfica das relações de trabalho.

2.2. Objetivos específicos

Contudo, anterior a esse debate, para fundamentar nossa análise, buscaremos expor os seguintes objetivos específicos:

- apresentar a abordagem otológica da problemática do conhecimento;
- desenvolver a concepção de centralidade da categoria trabalho como fundadora do ser social a partir do pensamento marxiano;
- entender os desdobramentos do mundo do trabalho em Geografia, isto é, a Geografia do Trabalho.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Tonet (2013), de modo geral, em seus termos mais essenciais, o debate sobre a problemática do conhecimento, também abordada pelos pensadores modernos, corresponde à relação entre o sujeito e objeto. Trata-se da pergunta: quem é o polo regente do processo de conhecimento? Resumidamente, nessa relação a prioridade ou o peso maior pode estar do lado do sujeito ou do objeto.

Segundo o autor, o debate a respeito das formas de abordagem da problemática do conhecimento pode ser dividido três grandes momentos: o greco-medieval, o moderno e o marxiano. Ainda para autor, é fundamental expor que a problemática do conhecimento pode ser feita através de dois pontos de vista: o gnosiológico ou de um ponto de vista ontológico. No primeiro caso teremos uma abordagem gnosiológica-epistemológica. No segundo caso, uma abordagem ontológica, que por sua vez pode ser metafísica ou histórico-social.

Uma abordagem ontológica, que se divide em metafísica ou em histórico social, corresponde à apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe. Ora, apreender as determinações daquilo que existe é diferente da concretude integral. Essa apreensão ontológica pode ser de caráter geral ou de caráter particular, que no segundo caso corresponde ao ser natural e ser social. No caso o ser social, o objetivo tem como eixo o próprio objeto, ou seja, uma subordinação do sujeito ao objeto. Não cabe ao sujeito criar teoricamente o objeto de conhecimento, mas traduzi-lo sob a forma de conceito a realidade do objeto. Em relação às duas abordagens apresentada, Tonet (2013) explana que:

A abordagem das questões relativas ao conhecimento se deu sob essas duas perspectivas. Menosprezando essa compreensão histórica, a abordagem gnosiológica, que se apresenta como o verdadeiro e único caminho para a produção de conhecimento científico, desqualifica o tratamento ontológico da problemática do conhecimento. A nosso ver, porém, a correta compreensão da problemática do conhecimento não deve desqualificar nenhuma dessas abordagens, antes deve compreendê-las no interior do processo histórico. Quando examinadas sob essa luz, poderão ser melhor compreendidas a sua origem, a sua natureza, a sua função social e, com isso, tanto os seus aspectos positivos como as suas possíveis limitações. Vistas as coisas assim, poderíamos dizer que existem três grandes momentos na abordagem das questões relativas ao conhecimento. Um primeiro, que podemos chamar de greco-medieval; um segundo, de moderno e um terceiro, de marxiano. (Ibidem, p.15).

O trecho acima define a necessidade de analisar cada padrão dentro do seu momento histórico-social, ou seja, aprendê-las no decorrer do seu processo histórico. A palavra “momento” não comparece com uma significação exclusivamente cronológica, mas no sentido de forma, de instauração, ou seja, apreender os elementos sociais presentes no seu momento de instauração.

O padrão moderno surge no processo de desintegração do mundo feudal em decorrência do surgimento de uma nova ordem social, o capitalismo. Essa transição que durou mais ou menos de 1500 a 1800 significou uma ruptura no plano material e no plano espiritual. No plano material, vemos que no interior da sociedade feudal surge uma nova forma de organizar e produzir as bases materiais para existência humana (relações com a natureza). Essa nova forma de organizar o trabalho levou à acumulação de capitais, que por sua vez intensifica o intercâmbio de mercadorias, passando por diferentes fases, como: artesanato, manufatura, grande indústria. Assim, acumulação capitalista cria bases materiais para uma nova sociabilidade. Segundo Tonet (2013) ao contrário do processo de produção de riqueza dos modos de produção escravista e feudal:

[...] constituída por terras mais escravos ou servos, respectivamente – no capitalismo a riqueza toma a forma de capital e este, pela sua própria natureza, implica um enorme dinamismo, a intervenção ativa dos indivíduos e a possibilidade, em princípio, de uma acumulação sem limites (Ibidem, p.30)

Essas novas bases materiais criadas representam um novo patamar no desenvolvimento das forças produtivas que por sua vez correspondem novas formas de transformação da natureza. O caráter da produção de riqueza também vai mudar nesse processo, o objetivo prioritário a que se destina a produção já não é o valor de uso, mas o valor de troca. Assim, a mobilização das forças produtivas está voltada para a produção de mercadorias com a finalidade de acumulação de capital. Essa mudança na natureza da produção da riqueza material provocou um intenso dinamismo com a criação de novas forças produtivas que resultou em um curto espaço de tempo, na Revolução Industrial.

Vale destacar, que ao longo deste processo, vão se constituindo as duas grandes classes, que serão sujeitos coletivos fundamentais dessa nova sociabilidade: a classe burguesa e a classe proletária. A primeira composta por alguns camponeses e servos transformados em comerciantes e depois em industriais e a segunda pela transformação da maioria dos camponeses em força de trabalho livre.

Liderado pela burguesia, esse processo foi marcado por importantes transformações econômicas que resultaram, reciprocamente, em profundas mudanças em outras dimensões da atividade humana, como política, artística, jurídica, sociais, ideológicas, científicas etc. Nesse período temos a constituição do Estado moderno e das nações modernas, também:

[...] não podemos deixar de mencionar toda a elaboração filosófica que caracteriza o período do Iluminismo, com a sua defesa da racionalidade imanente a todos os indivíduos humanos e, portanto, da capacidade de conhecer verdadeiramente a realidade tanto natural como social. Acrescente-se a isso as teorias do jusnaturalismo e do liberalismo com a sua defesa da igualdade natural e dos direitos naturais de todos os indivíduos [...]” (Ibidem, p.31)

Trata-se de um novo mundo que surgiu a partir das transformações das atividades de produção da riqueza material. Este mundo contrapõe com a passividade do indivíduo estabelecida pela concepção greco-medieval. De uma concepção finita, ordenada hierarquicamente a partir de uma ordem imutável, composta por essência e aparência, passou-se para uma concepção infinita em constante momento, que não eliminando totalmente a transcendência, tendia a valorizar enormemente a realidade imanente. Assim, essa nova concepção sobre o mundo, do qual apenas a aparência poderia ser apreendida, valorizou enormemente a importância da racionalidade humana (Tonet, 2013).

A produção de conhecimento é uma das áreas que refletiu fortemente esse conjunto de transformação resultado do processo de transição do feudalismo para o capitalismo. O surgimento de uma nova sociabilidade também determinava a estruturação de novas formas de produção do conhecimento. Vale destacar que o conhecimento não é um fim em si mesmo, mas parte mediadora para intervenção sobre o mundo natural ou social. Ora, essa nova matriz de sociabilidade ordenada pela produção de valores de troca, isto é, a produção das coisas como mercadorias, imputa uma forma de organizar a sociedade e por consequência de produzir conhecimento correspondente ao objetivo de acumulação.

Uma vez que a produção de mercadorias requer a transformação da natureza, que ganha um aspecto particular no capitalismo, de intenso e rápido desenvolvimento das forças produtivas. A articulação entre conhecimento científico e produção tornou-se uma condição *sine qua non* para expansão das bases materiais ou forças produtivas dessa nova sociabilidade.

Para os teóricos que inauguram o padrão moderno de conhecimento científico, a forma greco-medieval de produção de conhecimento não poderia, de fato, produzir algo verdadeiro que correspondesse a esse novo patamar de sociabilidade. Seu caráter especulativo e metafísico impedia a verificação empírica, em outras palavras, seus resultados não eram passíveis de verificação. Ora, um conhecimento que não é passível de verificação empírica, necessita, segundo os modernos, de critério para determinar o que é verdadeiro e o que é falso. Além de que não tem nenhuma eficiência para a transformação da natureza. Em vista disso, o conhecimento da natureza e das suas leis, impunha-se como a principal tarefa desse período.

Desse modo, a construção do padrão de cientificidade na modernidade parte da crítica ao padrão grego-medieval, principalmente, pelo caráter predominantemente contemplativo. Buscar novas bases para o conhecimento científico tornou-se a primeira tarefa dos pensadores modernos [...] é sintomático que muitos dos pensadores modernos

tenha escrito obras ou iniciado obras discutindo a problemática do conhecimento. É suficiente lembrar Galileu, Bacon, Descartes, Kant e até Hobbes e Locke”. (Ibidem, p. 36).

O conhecimento no período moderno estará voltado para a transformação da natureza, que já era vista como algo permitido e positivo. O objetivo era de dominá-la e de colocá-la a serviço dos interesses humanos. Por isso, diferente do período anterior que estava direcionada a busca pela essência das coisas, o objetivo será a apreensão das qualidades que podem ser submetidas a mensuração e a qualificação:

A ciência moderna nasce sob o impulso de uma nova forma de sociabilidade, cuja matriz fundamental é o capital. São as exigências da acumulação do capital, nas suas mais variadas formas, que imprimirão o impulso fundamental para a elaboração desse novo padrão de conhecimento científico. Por isso mesmo, o objetivo central desse novo padrão de conhecimento já não será mais ético-político/religioso, como nos casos grego e medieval, mas pragmático/utilitário. Como deixam muito claro tanto Bacon como Descartes, o conhecimento deve ser um instrumento para dominar a natureza e colocá-la a serviço da humanidade (Ibidem, p.44)

Dentro dessa concepção, o próprio conceito de realidade se modificou. O que é real? A resposta dada pelos teóricos modernos é incontestável: apenas aquilo que pode ser entendido pelos sentidos, em outras palavras, dados empíricos coletados pelo sentido a partir do exame prévio da razão. Essa concepção impõe que o conhecimento seja uma articulação entre dados empíricos e a razão, isto equivale dizer que os sentidos aparecem como única mediação entre subjetividade (razão) e realidade objetiva.

Resumidamente, no ponto de vista do padrão moderno de produção do conhecimento, o sujeito (a razão) impõe um caráter ativo no processo de conhecimento. Em outras palavras, é a razão que constrói (teoricamente) o objeto a partir da coleta, classificação, organização e comparação dos dados pelos sentidos e assim, estabelece o que é o objeto.

No padrão moderno qualquer conhecimento que se reivindique como verdadeiro tem que passar pelo crivo da experimentação e da verificação empírica. Esse novo caráter da produção de conhecimento corresponde a uma nova forma de abordar a problemática do conhecimento. Essa perspectiva começa por examinar as faculdades da razão para estabelecer quais suas possibilidades e seus limites, de modo a manter-se dentro de um determinado campo para produção de conhecimento verdadeiro (Tonet, 2013).

Portanto, a abordagem da problemática do conhecimento científico é realizada sob o ponto de vista gnosiológico, isto é, uma abordagem que tem no sujeito o polo regente do conhecimento. Destinado à apreensão daquelas qualidades que podem ser submetidos à mensuração e à quantificação.

Dentro dessa concepção, o conhecimento científico significa o estabelecimento de leis gerais, que possam valer para todos os casos. Contudo, esse ponto revela um problema. Se os dados empíricos são sempre singulares, parciais e diversos, como chegar a leis gerais, isto é, que não se refiram exclusivamente a casos particulares, mas sejam verdades universais? As soluções apresentadas para resolver esse problema entre razão e dados empíricos foram as mais diversas, todas estabelecidas a partir da experimentação como fundamento para produção de conhecimento verdadeiro.

Apesar da diversidade de soluções apresentada por cada autor desse período, resumidamente, esses caminhos são conhecidos no debate epistemológico como: Racionalismo, Empirismo e Criticismo Kantiano.

Para o racionalismo, entre razão e sensibilidade, o predomínio deve estar na razão. Já que os sentidos podem nos enganar, mesmo agindo de maneira cuidadosa. Assim, a razão deve ser o ponto de partida do conhecimento, por via puramente racional, de determinadas verdades que não precisam de base empíricas. A partir dessas verdades adquiridas por via puramente racional, também é possível produzir um conhecimento que tenha como base os dados empíricos. Também é fundamental que os dados empíricos estejam sempre sob o controle da razão com o objetivo de evitar enganos que possam cometer (Tonet, 2013)

De acordo com a tradição empirista, todo conhecimento se realiza a partir dos sentidos, ou seja, dos dados empíricos que nunca leva ao engano já que recolhem elementos da realidade. Os enganos ocorrem quando os dados são influenciados por preconceitos ou ideias, em outras palavras, quando a razão se afasta dos sentidos para estabelecer conclusões próprias. Desse modo, para produzir um conhecimento verdadeiro, tem que partir unicamente dos dados empíricos. O método estabelecido para essa teoria é partir das sensações, estabelecer hipóteses e realizar experiências (Tonet, 2013).

Contudo, mesmo com os caminhos trilhados acima, permanece o problema de como chegar a uma lei universalmente válida, pois os dados empíricos constituem um universo limitado, como parte da realidade. Nesses termos, torna-se impossível produzir uma lei de caráter universal (Tonet, 2013).

No caso do Criticismo Kantiano, trata-se na verdade de produzir novos fundamentos, já que nem o racionalismo nem o empirismo tinha dado uma resposta satisfatória para o problema da produção do conhecimento científico. Para Kant, o conhecimento verdadeiro deve ter uma validade universal e ao mesmo tempo, empiricamente fundada:

Para Kant este não é, de modo nenhum, o caminho a ser seguido. O conhecimento verdadeiro deve ter uma validade universal e ser, ao mesmo tempo, empiricamente fundado. O ponto de partida, para Kant, é comum ao racionalismo e ao empirismo. Ele concorda que sem o recurso aos dados

empíricos não é possível produzir conhecimento verdadeiro. Por isso mesmo, concorda também com a ideia de que o método especulativo tradicional não é o caminho adequado para produzir conhecimento científico. Por outro lado, estão diante dele as realizações dos cientistas modernos – Torricelli, Galileu, Newton, Kepler, etc – e ele mesmo é também um cientista, demonstrando a possibilidade de articular razão e dados dos sentidos. Ora, os procedimentos desses cientistas não se limitam nem a curvar-se diante dos dados imediatos dos sentidos nem a apoiar-se exclusivamente na razão. (Ibidem, p. 39)

Para Kant, os procedimentos desses cientistas não se limitam nem a curvar-se diante dos dados imediatos e nem se apoiar unicamente na razão. Seguindo esses passos, era preciso examinar o processo de conhecimento na sua forma mais geral e abstrata. Esse método permitirá determinar quais as possibilidades e limites da razão, ou seja, evitar os descaminhos da metafísica. Do mesmo modo, também evitar e superar os impasses do empirismo que negava a possibilidade de um conhecimento universal.

Kant parte do fundamento de que nós somos seres racionais, em outras palavras, nossa razão é possuidora de características que nos levam a perceber a realidade de determinada forma. Segundo ele, essas características são divididas em formas da sensibilidade – espaço e tempo – e categorias do entendimento – qualidade, quantidade, relação, totalidade e causa. Essas categorias não provêm da experimentação. Ao contrário, são inatas e possibilita haver a experimentação, isto é, transformação os dados caóticos dos sentidos em um conhecimento sistematizado.

Assim, a solução kantiana está na articulação entre as características da razão e dos dados dos sentidos, que são as únicas mediações entre nós e a realidade. A partir dessa articulação é possível produzir um conhecimento universal. Sintetizando o pensamento Kantiano:

Note-se, porém, a forma como Kant supera tanto o empirismo quanto o racionalismo. O conhecimento não é simplesmente a colheita de dados a partir dos quais e sobre os quais a razão trabalharia para lhes imprimir uma forma. A própria razão, partindo das suas estruturas – as formas da sensibilidade e as categorias do entendimento – produz interrogações – hipóteses. Serão, então, os dados colhidos pelos sentidos que terão a tarefa de corroborar ou não essas hipóteses. Portanto, o método proposto por Kant, ao contrário do empirismo, que é simplesmente indutivo, será hipotético-dedutivo. (Ibidem, p. 42)

Segundo Tonet (2013), Kant também conclui que nós não podemos conhecer as coisas como elas são em si mesmas, isto é, só podemos conhecer as coisas como elas são para nós, não podemos conhecer a essência, mas somente a aparência. Ainda segundo ele, existe algo objetivo externo ao sujeito, o que chama de em-si das coisas. Contudo, o acesso a esse em-si nos é vedado. Finalizando:

Essa é a famosa “revolução copernicana” que Kant teria realizado na problemática do conhecimento. Ao invés de o sujeito girar ao redor de um mundo dotado de uma ordem objetiva e essencialmente imutável, é o mundo

que gira ao redor do sujeito, isto é, que é construído ativamente, de modo teórico, pelo sujeito (TONET, 2013, p.43).

A concepção Kantiana elimina também duas categorias fundamentais do paradigma greco-medieval: as categorias da essência e totalidade. No modelo greco-medieval essas categorias tinham um caráter ontológico, ou seja, eram consideradas determinações da realidade. No paradigma moderno, a primeira desaparece como exemplifica Kant, não podemos conhecer a essência, apenas a aparência. No caso da segunda categoria, torna-se puramente lógica, isto é, uma categoria subjetiva já que não é possível apreender a totalidade da realidade. Logo é o sujeito que “totaliza” a relação entre os objetos, atribuindo uma ordem ao caos dos dados.

Para concluir, os caminhos para construção da objetividade científica moderna, passando por cima do debate travado entre as diversas formas de empirismo e racionalismo:

[...] poderíamos dizer que o percurso geral é este: elaboração de hipóteses (um livre desenvolvimento do espírito), colheita de dados empíricos, organização, classificação, análise e elaboração de uma teoria explicativa como coroamento de todo este processo. Como consequência, o resultado final não é o objeto real, teoricamente traduzido, mas um objeto teoricamente construído. Essas duas simples expressões – traduzido ou construído – traduzem a abissal diferença entre a abordagem da problemática do conhecimento a partir de uma perspectiva ontológica e gnosiológica, respectivamente” (Ibidem, p.46)

Essas características gerais da produção de conhecimento na modernidade que apresentamos até aqui esteve circunscrito no campo das ciências naturais. O conhecimento científico da realidade social se configura, propriamente, a partir do século XIX. Ou seja, após a consolidação do sucesso das ciências naturais na transformação da natureza, que por consequência, influenciou decisivamente o campo do conhecimento social.

Contudo, a preocupação com o conhecimento científico da realidade social é anterior ao período apontado acima, essa preocupação com a realidade social vem de mais longe impulsionada por todas aquelas transformações do processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Há dois grandes momentos da configuração do conhecimento moderno acerca da realidade social.

O primeiro período vai do século XVI até o decorrer do século XIX com o Renascimento e o Iluminismo. Cada um a sua maneira expressa a importância e centralidade do mundo humano, isto é, da atividade humana como construtora da realidade social. É o momento de ascensão da burguesia, assim torna-se fundamental afirmar a historicidade da realidade social, em outras palavras, equivale dizer que realidade social pode ser constante transformada pelo ser social.

Compete dizer que nesse período a burguesia é uma classe revolucionária, pois está em luta contra os vestígios do mundo feudal para construção de uma nova sociabilidade. Considerando que a luta de classes se travava entre burguesia e nobreza feudal, à primeira interessava a buscar afirmar a possibilidade de conhecer o mundo natural-biológica, mas também da realidade social, já que o seu interesse está voltado para transformação das duas.

No segundo período que começa no século XIX, o conhecimento sobre a realidade social ganhou o estatuto de cientificidade de acordo com os moldes moderno. Neste momento histórico-social, há dois elementos importantes, primeiro ocorre a Revolução Industrial e o segundo, é a consolidação da Revolução Francesa.

A Revolução Industrial foi de modo especial, produto da articulação entre acumulação de capital e o conhecimento da natureza, que significou uma autêntica revolução dos meios de produção da riqueza material. Esse novo patamar das forças produtivas demonstrou a capacidade humana de transformar a natureza e colocá-la a serviço dos seus objetivos.

Ao culminar na derrocada da velha ordem Feudal, a Revolução Francesa significou a transformação da burguesia na classe dominante, sobretudo, no ponto de vista político-ideológico, algo fundamental para florescimento dessa nova ordem social. De acordo com Marx e Engels (p.8)

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção – por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. (...) A contínua subversão da produção, o ininterrupto abalo de todas as condições sociais, a permanente incerteza e a constante agitação distinguem a época da burguesia de todas as épocas precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com o seu cortejo de representações e concepções secularmente veneradas; todas as relações que as substituem envelhecem antes de se consolidarem. Tudo que era sólido e estável se dissolve no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são enfim obrigados a encarar, sem ilusões, a sua posição social e as suas relações recíprocas.

Desse momento em diante, a burguesia abandona o seu caráter revolucionário e se torna uma classe conservadora, em outras palavras, seu interesse enquanto classe não estava mais centrado na transformação radical da ordem social, mas na reprodução da ordem estabelecida com a derrocada na ordem feudal. Tratava-se agora de impulsionar esse novo caminho do progresso material e espiritual da humanidade: “O lema “ordem e progresso” resume perfeitamente esse modo de ver. Esse lema, porém, deixava bem claro que se tratava não apenas de progresso num sentido genérico, mas de progresso dentro da nova ordem que resultara da revolução burguesa” (TONET, 2013, p.51).

Essas transformações foram, certamente, a base para a consolidação do conhecimento da realidade social. A quebra da ordem feudal ocorreu de forma conturbada marcada por profundas desordens. Era imprescindível conhecer essa nova realidade para poder enfrentar os desafios postos por ela e estabelecer uma determinada ordem.

O pressuposto geral é que as classes sociais são sujeitos coletivos fundamentais para história e por consequência, para produção de conhecimento. Assim, o conhecimento é, mesmo que indiretamente, uma mediação para intervenção social e para efetivação de interesses classes. No decorrer da luta de classes entre burguesia e nobreza feudal, a primeira interessa de modo particular a busca da verdade sobre a realidade social, que caracterizada como conhecimento verdadeiro, já que era essencial desmistificar a ordem feudal. Sobre a perspectiva na visão social de mundo burguesa, explica Netto (1985, p. 16):

Ora, é somente quando se instaura a sociedade burguesa que o ser social pode surgir à consciência humana como um ser que, condicionado pela natureza, é diferente dela. Como Marx assinalou, a sociedade burguesa (o capitalismo) “socializa” as relações sociais: estas podem ser apreendidas pelos homens não como resultantes de desígnios e vontades estranhos a eles, mas como produto da sua interação, de seus interesses, de seus conflitos e de seus objetivos. [...] Em síntese: é na sociedade burguesa que os homens podem compreender-se como atores e autores da sua própria história.

O modelo de objetividade científica das ciências sociais será resultado desse processo, em outras palavras, é no momento histórico de consolidação da nova ordem social burguesa que será estruturado o estatuto científico das ciências sociais. Essa afirmativa é muito importante para o nosso debate. Trata-se, pois, de compreender o papel das classes sociais, logo das visões sociais de mundo na produção de conhecimento (Lowy, 2000). Contudo, não se pode esquecer que a preocupação com o conhecimento científico da realidade social, como foi dito, não é algo exclusivo desse momento, vem de mais longe impulsionado pelo surgimento da própria burguesia.

A visão de mundo burguesa é constituída no decorrer do seu processo histórico de disputa pelo poder político a partir do qual se estabelece o conhecimento social moderno. No momento que a burguesia conquista o poder político, ponto fundamental para o florescimento de uma nova ordem social, o “compromisso” dos seus intelectuais e ideólogos com o conhecimento verdadeiro sobre a realidade se perderá. Esse momento marca a transição na visão de mundo burguesa, reveladora do seu caráter enquanto classe social. Continua o autor (ibidem):

Esta é apenas uma possibilidade. Como a sociedade burguesa se funda na exploração e na opressão da maioria pela minoria (...) a sua dinâmica produz, para legitimá-la minimamente, mecanismos que ocultam estes seus atributos. Tais mecanismos – a alienação e a reificação, conectadas ao “fetichismo da mercadoria” [...]– são necessários: a sociedade burguesa não pode existir

sem eles, que acabam por criar uma aparência coisificada da realidade social. Esta aparência mistifica os fenômenos sociais: ela esconde que os fenômenos são processos, mostra-os sob a forma de coisas, alheias aos homens e às suas relações (p.25)

Como foi dito, a ordem social burguesa é caracterizada pelo abandono do seu caráter revolucionário quanto tornou-se uma classe conservadora. Esse caráter conservador, que tem um sentido positivo para os seus ideólogos, é fundamental para compreender seu papel de classe na produção de conhecimento. Esses ideólogos consideravam essa nova ordem social de acordo com a verdadeira natureza humana. A revolução encabeçada pela burguesia se justifica dado à especificidade antinatural da ordem feudal, assim, não faria mais sentido buscar uma nova revolução social.

Mas de que forma as características mencionadas acima incidem sobre estruturação das Ciências Sociais? Podemos apontar que a principal influência na estruturação da Ciência Social foi a compreensão natural dos fenômenos sociais, isto é, ao imprimir um caráter de naturalidade a realidade social. Assim, tornou-se fundamental para justificar a ordem burguesa. Contudo, como afirmar TONET (2013, p.53)

Vale acentuar, portanto, que não se trata, de modo algum, de estabelecer uma contraposição entre a perspectiva da burguesia e a do proletariado como se a primeira fosse o universo da falsidade e a segunda, o da verdade. Trata-se, antes, do grau de verdade possível, segundo os interesses de cada classe. À burguesia, independente de intencionalidade explícita, não interessa o conhecimento da realidade social até a sua máxima profundidade. E quando falamos em profundidade máxima, não fazemos referência a algo vago e obscuro, mas àquele nível que permite demonstrar o caráter radicalmente histórico e social da realidade social. Esse nível não pode interessar à burguesia porque permite desvendar os mecanismos essenciais da produção e reprodução da forma atual da sociabilidade, marcada pela exploração do homem pelo homem, pela desigualdade social, com todas as suas consequências e da qual depende sua própria (da burguesia) existência.

O pressuposto mais geral da perspectiva burguesa é que a forma de sociabilidade burguesa é a última e mais adequada para o desenvolvimento da humanidade. Segundo os intelectuais burgueses, essa afirmativa se justificativa por duas razões. Primeiro lugar, essa sociabilidade é compatível à natureza humana. Nesse sentido, não haveria razão em postular outra forma de sociabilidade, pois necessitaria também de uma mudança essencial dessa natureza humana. Consequentemente, não se trata de conhecer a realidade social para transformá-la radicalmente, mas para somente permitir a reprodução, com melhorias, dessa forma de sociabilidade.

O tronco positivista é emblemático dessa concepção de conhecimento. De acordo com os princípios estabelecidos por August Comte, assumidos em parte por Durkheim, havia uma homologia entre natureza ou sociedade. Em outras palavras, a sociedade, assim

como a natureza também é regida por leis invariáveis, por isso propunha tratar os fenômenos sociais da mesma forma como são tratados os fenômenos naturais.

A corrente positivista imprime um caráter especialmente empirista ao processo de produção de conhecimento sobre a realidade social. De acordo com Löwy (2000), o positivismo está estruturado em algumas premissas que compõe o seu sistema operacional:

[...] A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como "naturalismo positivista") e ser estudada pelos mesmos métodos, *démarches* e processos empregados pelas ciências da natureza. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra e livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas: as prenoções e preconceitos.

August Comte é considerado o fundador do positivismo, em outras palavras, responsável pela organização do conjunto de regras do positivista, que tem como objetivo propor um corpo de regras para o estudo dos fenômenos sociais. Em suas palavras: "entendo por física social a ciência que tem por objeto o estudo dos fenômenos sociais considerados dentro do mesmo espírito que os fenômenos físicos, químicos e fisiológicos, quer dizer, como sujeitos a leis naturais invariáveis cuja descoberta é o objetivo específico de pesquisa". (Comte, apud Löwy, 2000, p25).

Apesar de Comte ser o primeiro a propor o termo Sociologia em analogia ao conceito de física social, contudo Durkheim é o principal teórico da sistematização da Sociologia com base nas propostas positivistas. Sobre o caráter conservador das propostas metodológicas de Comte e Durkheim:

"Nosso método não tem nada de revolucionário. Ele é até, em certo sentido, essencialmente conservador, já que considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, por mais flexível e mais maleável que seja, não é, porém, modificável pela vontade [...] A ciência social não poderia realmente progredir mais se não se houvesse estabelecido que as leis das sociedades não são diferentes das leis que regem o resto da natureza e que o método que serve para descobri-las não é outro senão o método das outras ciências. (idem *Ibidem*)

O caráter conservador, porém, não aparece apenas quando é explicitamente assumido. Na verdade, o conservadorismo pode aparecer sob muitas outras formas, pois é conservadora toda elaboração teórica que não permita compreender os fenômenos sociais como momentos de uma configuração histórica e social em permanente processo de transformação (TONET, 2013). Deste modo, o conservadorismo atinge um largo espectro de teorias:

De um lado, temos todo o debate travado ao redor do tronco positivista. Passando pelo positivismo clássico, com Comte e Durkheim, pelo neopositivismo, com o Círculo de Viena, pelo criticismo popperiano, com K.

Popper e seus seguidores críticos, Lakatos, Feyerabend, Kuhn e outros. De outro lado, temos aqueles que tentaram superar o positivismo, fazendo uma crítica à sua naturalização da realidade social. Aqui temos, M. Webber, o historicismo alemão, com Dilthey, Mannheim e inúmeros outros. O debate entre essas duas vertentes expressa-se, sinteticamente, nos conceitos de explicação e de compreensão. A explicação privilegiaria a existência do encadeamento causal entre os fatos e, portanto, a busca dessa relação entre eles. Já a compreensão acentuaria a necessidade de buscar o sentido atribuído aos fatos pelos sujeitos que os produzem. (TONET, 2013, p.73)

É no processo de consolidação da nova ordem societária, com as características que acima mencionamos que surge a ciência moderna demarcada pela perspectiva gnosiológica. Desde esse momento até hoje, essa perspectiva assume várias formas. Contudo, sem nunca deixar o principal elemento que delimitam a abordagem gnosiológica, neste caso, o sujeito como polo regente do conhecimento.

Desse modo, se assumiu a centralidade da subjetividade, ou seja, a passagem da regência da objetividade para a regência da subjetividade. Essa descoberta realizada pela “revolução copernicana” que foi considerada como o “verdadeiro caminho para a produção de conhecimento moderno.

Como se pode ver, não se trata de uma decisão consciente da burguesia no sentido de um engano intencional. Trata-se da natureza da sociedade burguesa, do que ela é em si mesma. Essa sua própria natureza põe a possibilidade de que ela seja compreendida como de fato é, isto é, como algo plenamente social; como resultado da interatividade humana. Por outro lado, ela também, por essa mesma natureza, bloqueia a sua compreensão ao imprimir aos fenômenos sociais um caráter de naturalidade. Observe-se que, no caso do bloqueio, não se trata de impedir totalmente o conhecimento da realidade. O impedimento se refere à possibilidade de ser conhecida até a sua essência, até a sua natureza mais profunda, até a sua raiz. Esse conhecimento implicaria, de modo especial, a presença de duas categorias – totalidade e essência – que foram postas de lado na construção da cientificidade moderna. Foi o caminho tomado pela construção da cientificidade moderna, por uma exigência social, isto é do mundo moderno, como vimos antes, que levou ao abandono dessas categorias. (Ibidem, p.68)

Assim, a perspectiva moderna de conhecimento científico, de caráter gnosiológico, a resolução das questões relativa à problemática do conhecimento é realizada através do auto-exame da razão, como foi empreendida pela “revolução copernicana”. A razão se examina e decide, isoladamente, os seus limites, suas possibilidades e os seus procedimentos necessários. Em outras palavras, como ela deve proceder para efetivar o conhecimento científico. De modo geral, a principal consequência do padrão moderno está na permanência da centralidade da subjetividade, que atualmente se manifesta sob as mais diversas formas e áreas. Segundo Tonet (Ibidem, p.61):

[...] desde a sua forma mais extremada, que é o irracionalismo, tônica das chamadas concepções pós-modernas, até as formas mais moderadas, como o neiluminismo, o pragmatismo e outras. Todas elas têm em comum a ênfase na subjetividade face a uma objetividade que se recusa – total ou parcialmente – à compreensão. E na ação ela aparece ora como demissão face a uma realidade que parece recusar qualquer possibilidade de transformação radical e em sua totalidade, ora como voluntarismo, objetivando moldar à força essa mesma realidade renitente, ora como politicismo, atribuindo à esfera da política a capacidade de moldar o mundo social de modo a possibilitar a plena realização de todos os indivíduos.

Em resumo, a perspectiva moderna enfatizou o caráter ativo da subjetividade, que levou ao superdimensionamento do papel da subjetividade nas formas atuais. O problema central dessa abordagem é que o ponto de vista da subjetividade é visto como o único caminho possível para a produção do conhecimento científico.

Lembrando que as classes sociais são sujeitos fundamentais da produção de conhecimento, na sociedade burguesa o caminho para desvendamento da realidade como ela é de fato até a sua raiz última será trilhado por aqueles que se colocam na perspectiva do proletariado (Löwy, 2000; Tonet, 2013)

Esse nível de conhecimento não pode interessar à burguesia porque permite desvendar os mecanismos essenciais de produção e reprodução da atual sociedade caracterizada pela exploração de mulheres e homens, pela desigualdade social com todas suas consequências sociológicas, da qual depende a sua própria existência.

Para o proletariado, ao contrário da perspectiva burguesa, interessa de modo especial o conhecimento mais profundo possível da realidade social, pois só assim pode instrumentalizar-se para transformação radical da atual forma de sociabilidade (Tonet, 2013). Nesse sentido, Lukács (1992 apud Tonet, 2013) afirma que:

Somente com a entrada do proletariado em cena o conhecimento da realidade social encontra seu cumprimento: com o ponto de vista de classe do proletariado emerge uma perspectiva a partir da qual a totalidade da sociedade torna-se visível. (p.81)

Contudo, também deve ficar evidente que:

[...] se trata de afirmar que todo intelectual de origem burguesa produzirá um conhecimento falso e todo intelectual de origem proletária realizará um conhecimento verdadeiro. O que as perspectivas burguesa e proletária põe é apenas uma determinada possibilidade. Não garantem, porém, a natureza e a qualidade do que será efetivado. O que será realizado a partir dessa possibilidade dependerá tanto das capacidades e do empenho dos próprios intelectuais como da situação concreta do próprio objeto a ser conhecido". (TONET, 2013, p. 54)

Entre os dois caminhos abertos para compreensão da realidade na sociedade burguesa, a obra marxiana se coloca do outro lado. É uma teoria social elaborada que

articula a crítica radical com a transformação também radical da sociedade. Essa perspectiva se insere na possibilidade posta pelo proletariado, referindo-se à necessidade de conhecimento radical da sociedade:

Se os escritores socialistas atribuem ao proletariado esse papel histórico-mundial, isso não acontece, de nenhuma maneira, [...] pelo fato de eles terem os proletários na condição de deuses. Muito pelo contrário. Porque a abstração de toda a humanidade, até mesmo da aparência de humanidade, praticamente já é completa entre o proletariado instruído; porque nas condições de vida do proletariado estão resumidas as condições de vida da sociedade de hoje, agudizadas do modo mais desumano. [...] porque o homem se perdeu a si mesmo no proletariado, mas ao mesmo tempo ganhou com isso não apenas a consciência teórica dessa perda, como também, sob a ação de uma penúria absolutamente imperiosa – a expressão prática da necessidade que já não pode mais ser evitada nem embelezada, foi obrigado à revolta contra essas desumanidades; por causa disso o proletariado pode e deve libertar-se a si mesmo. Mas, ele não pode libertar-se a si mesmo sem supra-sumir suas próprias condições de vida. Ele não pode supra-sumir suas próprias condições de vida sem supra-sumir todas as condições de vida desumana da sociedade atual, que se resumem em sua própria condição. (MARX, 2003 p.49)

Ao proletariado interessa uma explicação total acerca do ser social e do processo histórico, com objetivo de desvendar os mecanismos de exploração e desigualdade social. Esse conhecimento acerca da realidade social é fundamental para que possa fundamentar a possibilidade de transformação radical da sociedade e a total superação da exploração de mulheres e homens pelo capital.

Por sua vez, essa explicação acerca da realidade social demanda a comprovação da historicidade e sociabilidade do ser social, em oposição à naturalização burguesa. É preciso demonstrar na perspectiva do proletariado o caráter de totalidade do ser social. Qualquer ação de transformação da sociedade em sua totalidade e não apenas parte dele implica que este mundo seja uma totalidade de fato. Aqui, totalidade deve ser entendida como “articuladas entre si, que haja uma hierarquia entre as partes que o compõem e que exista algo – uma substância – que confere unidade e, pelo menos, uma certa permanência a esse conjunto” (TONET, 2013 p.68). Assim:

O que surgiu com o materialismo histórico foi, ao mesmo tempo, a teoria “das condições da libertação do proletariado” e a teoria da realidade do processo total do desenvolvimento histórico, precisamente porque, para o proletariado, isto é uma necessidade vital, uma questão de vida ou de morte – a questão de alcançar a visão mais perfeitamente clara da sua situação de classe” (LUKÁCS, 1992, p.81)

Desse modo, somente uma ontologia do ser social, isto é, uma teoria geral do ser social poderia responder as questões postas pelo proletariado. A elaboração de uma ontologia do ser social por Marx interpretada por Lukács lança fundamentos para uma concepção radicalmente nova de mundo, por consequência também de fazer ciência e

filosofia, sobretudo da realidade social. (Lessa, 2011). Esses fundamentos segundo Lukács (1992, apud Tonet, 2013):

[...] a convicção científica de que, com o marxismo dialético, encontrou-se o método (por nós entendido como um ontometodo, I. T.) correto de investigação e de que este método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido indicado por seus fundadores; mais ainda: implica a convicção de que todas as tentativas de “superar” ou “melhorar” este método conduziram – e necessariamente deveriam fazê-lo – à sua trivialização, transformando-o num ecletismo.

Como afirmamos no início, Marx é representativo do terceiro momento da abordagem da problemática do conhecimento. É na emergência da sociabilidade burguesa que se configuram os pressupostos materiais e intelectuais da teoria social de Marx. Da mesma forma como na passagem do momento greco-medieval ao momento moderno, na obra marxiana temos uma ruptura com os momentos anteriores, contudo com a presença de elementos de continuidade.

Certamente, Marx é herdeiro da história do pensamento ocidental. Ele consciente disso, expressou inúmeras vezes essa compreensão. Contudo, ele não se considerava apenas um continuador, mas entendia-se como alguém que se apropriou e superou criticamente os elementos criados ao longo do pensamento ocidental. E esse confronto crítico lançava fundamentos de uma concepção de mundo radicalmente nova. (Tonet, 2013).

Para Marx (Netto, 2009; Tonet, 2013;), debater o método nunca foi um ponto de partida. Há, somente, referências esparsas à questão do método, em especial nos *Manuscritos econômico-filosóficos* e *O método da economia política*. Em outras palavras, nunca houve uma dedicação exclusiva ou autônoma ao estudo da questão do método como fundamento da sua objetividade científica.

Essa atitude, na verdade, expressa uma determinada postura diante da problemática do conhecimento. As questões relativas ao conhecimento, é interpretada por ele a partir da elaboração de uma teoria geral do ser social, ou seja, uma ontologia do ser social. Assim, podemos indicar que o pensamento marxiano não se instaura a partir de uma abordagem gnosiológica, mas por meio de uma abordagem ontologia histórico-social.

A abordagem gnosiológica moderna foi estruturada a partir da cisão entre filosofia e ciências. Essa cisão automatizou a ciência, tirando da filosofia o seu papel primordial construído desde a Antiguidade. A produção do conhecimento verdadeiro, ou seja, empiricamente comprovável, passou a ser tarefa das diversas ciências particulares. Na perspectiva ontológica a cisão entre filosofia e ciência desaparece.

Em qual sentido esse processo ocorre na obra marxiana? Para Marx, a pergunta relativa ao modo como se conhece a realidade, é precedida pela o que é realidade. A

resposta para essa questão é apresentada, sobretudo, nas obras da juventude. Ora, o conhecimento é apenas uma das dimensões do ser social, nesse sentido, sua origem e natureza só poderão ser apreendidas na medida em que se descubrem suas determinações mais gerais.

A ontologia é uma filosofia, não ciência, apesar de serem momentos diferentes da produção do saber, na visão marxiana eles ganham unitariedade, em outras palavras são momentos intimamente articulados. Apreender as determinações gerais e essenciais do ser social é uma condição prévia para problemática do conhecimento. Desse modo, segundo Chasin (2009, p.89) não há um método em Marx no sentido apreendido pela metodologia científica moderna, ou seja, como um conjunto de regras e procedimento estabelecidos a priori separadamente do objetivo:

Se por método se entende uma arrumação operativa, a priori, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então, não há método em Marx.(Ibidem, p.89)

Para construção da sua cientificidade, Marx parte da gênese do ser social, isto é, do ato que funda o ser social e sua sociabilidade. A partir da análise desse ato fundante será descoberta as determinações e formas de sociabilidade do ser social. E assim, identificar o lugar que o conhecimento ocupa no processo e produção e reprodução. Segundo Tonet (2013):

Isto porque ele compreende que as questões relativas ao conhecimento só podem ser resolvidas após a elaboração de uma teoria geral do ser social, vale dizer, de uma ontologia do ser social. Essa ontologia do ser social, cujos lineamentos fundamentais podem ser encontrados nas obras de juventude – especialmente nos Manuscritos econômico-filosóficos, em *Para a questão judaica em A sagrada família e em A ideologia alemã* – está suposta em toda a obra posterior de Marx, que terá um cunho mais acentuadamente científico. Por isso mesmo, para ele, não há um método que possa ser apreendido previamente ao ato do conhecimento (veremos mais adiante a razão disso. (p.71)

Criou-se, assim uma nova forma tanto de cientificidade geral, de caráter ontológico destinado à superação do tratamento dado à problemática do conhecimento pela cientificidade moderna. Ao estabelecer um debate sobre método, a partir da compreensão da gênese do ser social, o método materialismo dialético assenta sua análise em pressupostos histórico-ontológicos, na qual a categoria trabalho é a sua principal fundamentação.

A partir desses elementos, Marx rompe com o padrão da cientificidade moderna ao constatar uma lacuna entre o materialismo e o idealismo como as duas grandes concepções acerca da realidade. Ele concebe que ambas reduzem a realidade a determinados

elementos que certamente a integram, mas são tomados de forma abstrata e sem totalidade. No materialismo, a realidade é tratada como algo exterior ao gênero humano, ou seja, despido de subjetividade. Para o idealismo, em contraposição ao materialismo, a verdadeira realidade é aquela concebida na ideia, do espírito. Assim, a práxis confere unidade entre esses dois momentos, uma atividade mediadora, que ao conjugar esses dois momentos criam a realidade social.

Para Marx (2008) a objetividade científica está vinculada aquele conhecimento que expressa uma verdade histórico-ontológica¹, em que qualquer categoria científica só adquire concretude quando assentada na práxis social que tem no trabalho a protoforma da atividade humana. Ele afirma que: “[...] a questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva não é uma questão de teoria, mas uma questão de prática” (1986, p.12). À categoria trabalho é conferido esse caráter de práxis, ou seja, unidade entre subjetividade e objetividade.

Com a percepção da ontologia do ser social no pensamento marxiano, Lukács estabelece uma crítica às leituras mecanicistas, principalmente, provenientes do stalinismo. Ao mesmo tempo, também, propõem uma ruptura com o predomínio das reflexões lógico-epistemológicas, afirma que “[...] o tipo e o sentido das abstrações, dos experimentos ideais, são determinados não a partir de pontos de vista gnosiológicos ou metodológicos e tanto menos lógicos, mas a partir da própria coisa, isto é, da essência ontológica da matéria tratada”. (2010, p.21). Esse rompimento com a metodologia analítico-formal, expressa uma inflexão em relação aos padrões “epistêmico-cientificista”. Nesse sentido, deve ser entendida como:

[...] uma estrutura de caráter completamente novo: uma cientificidade que, no processo de generalização, nunca abandona esse nível (existência em-si) e que, não obstante, em cada singular adequação aos fatos, em cada reprodução ideal de um nexos concreto, examina continuamente a totalidade do ser social e desse modo sopesa continuamente a realidade e o significado de cada fenômeno singular; uma consideração ontológica-filosófica da realidade existente em si que não vaga por sobre os fenômenos hipostasiado as abstrações, mas, ao contrário, se põe, criticamente e auto criticamente no mais elevado nível de consciência, só para poder tomar cada existente na plena forma de ser que lhe é própria, que é específica propriamente deste (LUKACS, 2010, p.21)

Mas qual é o ponto de partida para elaboração da teoria geral do ser social? Para Marx o ponto de partida está naquilo que aparece de mais imediato, ou seja, indivíduos, reais e ativos, em determinadas condições materiais de vida. Condições essas, por sua vez,

¹ [...] essencial a toda ontologia: a categoria da substância. Sem mais, a radicalidade da compreensão do real, pretendida por toda ontologia, tem na categoria da substância seu problema decisivo. (LESSA, 2012, p. 44).

que já são o resultado da atividade passada de outros indivíduos e que continuam a ser modificadas pela atividade presente. Indivíduos cujo primeiro ato, imposto pela necessidade de sobrevivência, é a transformação da natureza, ou seja, o trabalho. Deste modo, está identificado o trabalho como o ato humano que pôr primeiro deve ser examinado. (Tonet, 2013 e Lessa, 2012)

Nesse sentido, de acordo com Lukács (1981) não é possível compreender qualquer teoria sem considerar que as determinações societárias são estruturadas a partir do autodesenvolvimento ontológico do próprio trabalho. Para ele a resposta em termos ontológicos da centralidade do trabalho resulta do fato de que:

[...] por suas essências, características sociais; suas propriedades e seus modos de operar se desenvolvem apenas no ser social já constituído; suas manifestações, ainda que extremamente primitivas, pressupõem sempre que o salto já tenha ocorrido. Apenas o trabalho tem por essência ontológica um declarado caráter intermediário: por sua essência ele é uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramentas, matérias-primas, objetos do trabalho etc.) como orgânica, inter-relações que [...] acima de tudo assinalam a passagem, do homem que trabalha, do ser meramente biológico ao social” (Lukács 1981, p.13, apud Lessa, 2012, p. 219)

Temos aqui um importante elemento que identifica no trabalho o fundamento ontológico da qual deve incidir a investigação do complexo concreto da sociabilidade como forma do ser. Na qualidade de categoria social, o trabalho só pode existir como partícipe de um conjunto global de relações sociais, isto é, sempre parte de uma totalidade social.

Ao longo do processo histórico, o trabalho se apresenta de inúmeras formas, atendendo as necessidades de cada momento histórico. Ele se mantém sempre como o momento de efetivação da sociabilidade, com o objetivo de garantir a produção social e a reprodução da humanidade. O que nos consente afirmar que o trabalho é um “pôr teleológico”, isto é, a finalidade do ser social que o capacita como ser consciente (Nogueira, 2011). Seguindo nessa linha interpretava, Lukács se respalda na afirmativa de Marx sobre o caráter do trabalho como protoforma da existência humana:

“O trabalho, como formador de valores de uso, como trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de quaisquer formas de sociedade, é uma necessidade natural eterna que tem a função de mediar o intercâmbio entre homem e a natureza, isto é, a vida dos homens [...] Até que não tenha entrado numa relação reflexiva com o valor de troca, o que somente pode acontecer num estágio relativamente muito elevado, o valor de uso nada mais designa do que um produto do trabalho que o homem pode usar apropriadamente para reprodução da sua própria existência. No trabalho estão gravadas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência de tudo que é novo no ser social”. (1981, p.04, apud Lessa, 2012, p. 219)

Em especial, no conjunto de textos da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, ao descartar o caminho percorrido pelos economistas clássicos, Marx apresenta uma ruptura metodológica com a Escola Clássica, que analisa o indivíduo como um produtor isolado e não como resultado de uma sociabilidade. Podemos dizer que o problema dos autores da Economia Política Clássica reside em não distinguir uma forma historicamente específica de trabalho que cria valor do trabalho em geral. Nas palavras de Marx (2008, p. 53) os economistas burgueses “[...] fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem a sociedade burguesa em todas as suas formas de sociedade”.

Para Marx, o novo critério de realismo econômico não trata apenas de desvendar que a produção é determinada socialmente, mas que, exatamente por isso, é necessário considerá-la em sua processualidade temporal e espacial, a afirmativa de Lukács é conclusiva:

[...] enquanto nas velhas filosofias o ser categorial era a categoria fundamental no interior da qual se desenvolviam as categorias da realidade. Não é que a história se desenvolve no interior dos sistema de categorias, mas ao contrário, a história é a transformação do sistema de categorias. As categorias são, em suma, formas do ser. (1986, p.85 apud Lessa, 2012)

Para Ranieri (2011), que debate o conceito de trabalho na obra marxiana, qualquer teoria só ganha corpo e sentido na medida em que leva em consideração que as relações sociais são oriundas do trabalho. Assim, não há componente abstrato da existência humana que não seja explicado a partir do trabalho, tornando-se a base do desenvolvimento de qualquer teoria. Caso contrário, ela própria ao prescindir da prática como sistematização de aspectos da nossa existência, pode cair na ingenuidade ou manipulação. De acordo com Ranieri:

“Falar de teoria materialista é, portanto, falar de Marx. E falar de Marx é falar de relações humanas do ponto de vista da produção e reprodução da vida, ou seja, falar do trabalho e também da natureza. A tarefa de definir a vida humana e também os anseios dos homens a partir do trabalho é o mesmo que procurar expor suas preocupações prático-teóricas daquele modo que Marx nos ensinou, que é o de apresentar o objeto a partir dos elementos internos de sua própria constituição, do ponto de vista das determinações que esse objeto sofre para ser o que é” (Ibidem, p. 127)

Desse modo, a categoria trabalho comparece como a relação metabólica humana que transforma a natureza em objetivo com valor de uso necessários à reprodução social: é a categoria fundante do ser social. Isso dá maior importância, já que significa afirmar que o ser social só pode existir e se reproduzir apenas em uma contínua e ineliminável articulação com a natureza, assim:

O processo de trabalho, como apresentamos em seus elementos simples e abstrato, e a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso,

apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independentemente de qualquer forma dessa vida, sendo, antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2011, p. 153)

O intercâmbio com a natureza é a base eternamente necessária do mundo dos homens e mulheres, sem essa relação metabólica, a reprodução da sociedade não seria possível. Por meio do trabalho, mulheres e homens não apenas transformam a natureza e constroem materialmente a sociedade, mas também transformam a si próprio como indivíduos. Ao transformar a natureza, o que leva a construção do mundo objetivo, o indivíduo também constrói a sua consciência, pois adquirem conhecimentos e habilidades. Nas palavras de Marx:

“Antes de tudo, o trabalho é um processo entre homem e natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla o seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio”. (MARX, 2011, p. 149).

Para Lukács (2010), na obra marxiana, a categoria trabalho é colocada como protoforma da gênese do ser social, isto é, como a primeira forma do agir humano. A categoria trabalho comparece nos textos marxianos como a relação metabólica humana que transforma a natureza em objetivo com valor de uso necessários à reprodução social. O pressuposto fundamental é de que a vida humana não poderia conformar-se como tal, caso a humanidade não tivesse se apropriado dos elementos e forças exteriores a ela.

A interação do ser social e natureza é a atividade, isto é, o movimento de unidade entre sujeito-objeto, assim “[...] o trabalho satisfaz, mas também cria necessidade; a produção é a realização e incorporação social da necessidade tornada consciente, uma apropriação originada na atividade” (RAINERI, p. 130). Só podemos compreender a criação da sociedade a partir do trabalho, que para Marx representa algo a mais do que um simples conceito, tratando-se, na verdade, de uma categoria, ou seja, um elemento conceitual do qual se estabelece a ordem científica.

No ser social, a transformação da natureza para a reprodução social é algo muito distinta da ação que podemos encontrar em outros animais. O fator diferencial é que o trabalho como categoria mediadora da relação com a natureza é resultado de projeções conscientes antes de serem construídos na prática. É na capacidade de criar e planejar ideias em resposta às necessidades e carências antes de construir material ou

objetivamente que funda, para a ontologia marxista, a diferenciação do ser social em relação às esferas biológicas/orgânica. Também afirma que:

[...] pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente". (2011, p. 149 -150)

De tal modo, o desenvolvimento do ser social não é determinado por sua porção natural-biológica, mas pela resposta consciente às carências na qualidade de relações sociais. Vale ressaltar que as necessidades de reprodução biológica jamais podem ser abolidas, mas elas não exercem na história humana uma influência determinante ainda que esteja presente.

Por esse motivo, o trabalho é a categoria fundante ou a protoforma do agir humano, mediadora do intercâmbio eternamente necessário entre sociedade e natureza, que expõe a passagem do ser meramente biológico ao ser social. Representando um salto ontológico proporcionado pelo papel da consciência, enquanto expressão da ação teleológica. Por ser a protoforma da transformação direta do ser social, ao trabalho é atribuída uma posição teleológica primária.

Para Lukács esse momento é denominado como "prévia-ideação", isto é, o desenvolvimento do planejamento que antecede e orienta a objetivação ou agir. Assim, os fatos decorridos da ação, são anteriormente idealizados subjetivamente na consciência do ser social antes da sua concretização. É nesse momento de subjetividade, que também exprime uma influência material, que os seres sociais podem ter contato com o passado, com o presente e futuro, idealizando o seu por vir e a sua práxis. (Nogueira, 2011).

Assim, a prévia-ideação representa a escolha de alternativa existente para a materialização de determinado objetivos do ser social, em outras palavras, a transformação da subjetividade idealizada em objeto concreto. Esse momento da prévia-ideação é a práxis humana, a demonstração do "pôr teleológico", que segundo Lukács é a essência fundamental do trabalho.

Lessa (2012) contribui com importante exemplo. Imaginamos uma situação em que alguém queria quebrar um coco, para alcançar esse objetivo existem diversas alternativas possíveis, que para sua escolha deve imaginar o resultado de cada uma, ou seja, antecipar na consciência o resultado provável de cada alternativa. A antecipação na consciência dos resultados prováveis possibilita avaliar a melhor alternativa com a escolha feita, o indivíduo pode leva-lá a prática, isto é, a objetivação da alternativa. Nesse sentido, a prévia-ideação é

uma resposta, entre as possibilidades, a uma situação ou necessidade concreta, ou seja, o planejamento que antecede e dirige a ação em que consequências da ação são projetadas e idealizadas na consciência.

Ao ser concretizada na prática, a prévia-ideação é materializada através da objetivação, um processo que articula a transformação do idealizado em objetivo, a partir de um setor da realidade, para Lukács (1990, p. 564 apud Lessa, 2015, p.23): "uma posição teleológica se realiza no âmbito do ser material como nascimento de uma nova objetividade.". A distinção entre o sujeito, responsável pela prévia-ideação, e o objeto materializado pelo processo de objetivação é o fundamento ontológico da exteriorização:

A exteriorização é esse momento do trabalho através do qual a subjetividade, com seus conhecimentos e habilidades, é confrontada com a objetividade a ela externa, à causalidade e, por meio deste confronto, pode não apenas verificar a validade do que conhece e de suas habilidades, como também pode desenvolver novos conhecimentos e habilidades que não possuía anteriormente. (Lessa, 2015, p.17)

Todavia, a existência social é muito mais que trabalho, realizado no interior de um conjunto de complexos sociais, não é possível afirmar que todas as ações humanas sejam redutíveis ao próprio. Assim, a reprodução humana na sociedade comporta, conjuntamente, outros tipos de ações não sendo especificamente o trabalho, ao produzir suas condições materiais, homens e mulheres também produzem as suas formas de organização social, política e religiosa e intelectual, chamada de teleológicas secundárias. Para Lessa (2015):

[...] ser fundante não significa ser cronologicamente anterior, mas sim ser portador das determinações essenciais do ser social, das determinações ontológicas que consubstanciam o salto da humanidade para fora da natureza. (p. 35).

Ao transformar a natureza em resposta às necessidades da reprodução social, os indivíduos também se transformam ao adquirir novas habilidades e conhecimentos. De forma geral, apesar de ser resposta à uma situação singular e conter na sua objetivação essas particularidades, esse conhecimento é generalizado, de modo que é útil para a projeção e materialização de outros objetos em situações distintas.

O conhecimento imediato e singular incide sobre um mais abrangente e genérico, o que leva a afirmar que o trabalho é uma dimensão social, em primeiro lugar, porque ele é também o resultado da história passada, uma expressão do desenvolvimento anterior de toda sociedade acumulada até o momento de sua objetivação. Em segundo, porque promove alterações em novas situações históricas abrindo possibilidade para novas necessidades e terceiro, os conhecimentos se generalizam, tornando-se aplicáveis e universais.

Essas características que comparecem de forma elementar no trabalho, portanto, estão também presentes em todo e qualquer ato humano, ou seja, não há componente abstrato da existência humana que não seja explicada por essas características, já que representa a categoria fundante que media a relação sociedade e natureza, necessária a existência humana. A relação humana com a natureza requer, com absoluta necessidade, a relação entre homens e mulheres. De tal modo, além dos atos de trabalho, a vida social contém uma enorme variedade de atividades voltadas para satisfazer às necessidades que brotam do desenvolvimento das relações sociais que corresponde a reprodução das sociedades.

O salto ontológico da categoria trabalho, que funda e constitui a sociabilidade, liga-se à natureza orgânica e inorgânica, uma inter-relação entre complexos distintos que se formam e se modificam. A especificidade da atividade humana, o trabalho, está na transformação da atividade natural em uma atividade posta, isto, é a configuração de um fim previamente estabelecido, o pôr teleológico ou causalidade posta, variantes de uma mesma assertiva.

Assim, o trabalho é a unidade entre um pôr efetivo de uma objetividade e a atividade ideal prévia regida por uma finalidade específica. Esse é um aspecto essencial ao trabalho, ser uma reação ao meio ambiente que produz algo ontologicamente antes inexistente, algo novo que possibilita assim, o trabalho destacar o gênero humano da natureza. Ou seja, a capacidade essencial por meio do trabalho do gênero humano construir ao mesmo tempo ambiente e uma história cada vez mais determinada por atos humanos, e cada vez menos por leis naturais, constituindo o fundamento ontológico do gênero do ser social, que tem no trabalho o seu momento fundante.

Em linhas gerais, a concepção crítica-dialética marxiana expressa sempre a busca dos fundamentos históricos-sociais que deram origem a determinado fenômeno social. Em outras palavras, a apreensão do real em suas ricas determinações que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, sendo esta a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto e reproduzi-lo como concreto pensado.

Nesse sentido, supõe-se que existe algo suscetível de ser apreendido como essência do fenômeno que por vezes entra em contradição como também é ocultado pela aparência das manifestações primeiras dos fenômenos. Busca-se desvendar o significado real dos fenômenos sociais, o que pressupõe situá-los na totalidade concreta como um momento da realidade social. Aqui totalidade concreta comparece, não apenas como a

simples somatória ou conjunto de todos os fatos, mas na realidade como um todo estruturado, dialético, no qual um fato pode vir a ser apreendido racionalmente.

4. A CRÍTICA DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Para debater o nosso objetivo neste trabalho, começaremos com uma síntese da história do pensamento geográfico. Queremos apresentar os principais elementos da sistematização do conhecimento geográfico no quadro geral da organização da ciência moderna. Nossa preocupação é tentar fazer essa abordagem a partir do seu contexto histórico-social. Nessa síntese abordaremos os paradigmas da Geografia Clássica, da Nova Geografia e da Geografia Crítica. No caso da Geografia Crítica, esse paradigma merece destaque, porque através dele é que a obra marxiana será absorvida pela Geografia.

Linhas gerais, as primeiras colocações, no sentido de uma Geografia sistematizada como conhecimento científico ocorrem durante no século XIX com as obras de dois autores prussianos: Alexandre von Humboldt e Karl Ritter. Apesar das origens e pressupostos do conhecimento geográfico ser anterior a esses autores e seus momentos históricos. É na especificidade da situação histórica da Alemanha, durante esse período, que se dá a eclosão da Geografia. Sobre a especificidade podemos apontar a penetração tardia das relações capitalistas nesse país. Na realidade, ainda não existia um Estado nacional responsável por assegurar a unidade nacional. A Alemanha desse período é um aglomerado de feudos – ducados, principados e reinos; cuja unidade reside nos traços culturais comuns (Moraes, 1999). Sobre o contexto:

Inexistente qualquer unidade econômica ou política, a primeira começando a se formar no decorrer do século XIX, a segunda só se efetivando em 1870, com a unificação nacional. Assim, a Alemanha não conhece a monarquia absoluta (forma de governo própria do período de transição), nem qualquer outro tipo de governo centralizado. O poder está nas mãos dos proprietários de terras, sendo absoluto e a nível local – a estrutura feudal permanece intacta. É neste quadro que as relações capitalistas vão penetrar, sem romper (ao contrário, conciliando) com a ordem vigente.[...] Assim, mesclam-se elementos tipicamente feudais com outros próprios do capitalismo: produção para o mercado, com trabalho servil. O comércio local não se desenvolve, sendo a produção destinada ao exterior [...] Não ocorre, na Alemanha, uma revolução democrático-burguesa. A burguesia alemã só se desenvolverá à sombra do Estado, e de um Estado comandado pela aristocracia agrária. Este é o quadro da Alemanha, na virada do século XVIII. (Ibidem, 1999, p.44-45).

Em suma, as relações capitalistas penetraram tardiamente na Alemanha através de um projeto de conciliação com a estrutura herdada do feudalismo. As classes dominantes alemãs vão acender para ideia de unificação nacional a partir do expansionismo napoleônico, sobretudo em razão do bloqueio continental. Este objetivo passa a ser uma

condição para o próprio desenvolvimento alemão. A ideia de unificação nacional se manifesta concretamente com a “Confederação Germânica” que congregou todos os principados alemães e reinos da Áustria e da Prússia, que estabeleceu maiores laços econômicos e políticos entre seus membros. Esses elementos conferem à discussão geográfica uma relevância especial para as classes dominantes alemã. Assim, temas como domínio e organização do espaço, apropriação o território, variação regional são fundamentais para efetivação da unificação. É nesse quadro histórico e sobre esses temas que as obras de Humbolt e Karl Ritter vão discorrer (Moraes, 1999)

Outro autor alemão importante para sistematização da Geografia foi Friedrich Ratzel que publicou suas obras no último quartel do século XIX. Diferente dos autores anteriores, Ratzel vivenciou a constituição do Estado-nação alemão, à respeito desse processo:

[...] A Prússia e a Áustria disputavam a hegemonia dentro da Confederação. O segundo passo, no sentido da unificação, foi forjado na repressão aos levantes populares de 1848. Nesse ano, a vaga revolucionária, que assola a Europa, manifesta-se também em várias cidades da Confederação Germânica: Viena, Berlim, Frankfurt, entre outras. A reação das classes dominantes locais, a estes movimentos, aproxima-as, pois se estabelecem alianças e ações unificadas, e mesmo centralizadas num comando comum. Assim, na contrarrevolução, forma-se um bloco reacionário unitário, estreitam-se os laços políticos e militares. Além disto, a proposta da unificação constava do ideário dos revolucionários, o que, por reflexo, reforçou-a ao nível das próprias classes dominantes locais, que perceberam o respaldo das massas à unificação. Enfim, este foi o caminho direto da constituição do Estado alemão. A consciência desse fato, e a possibilidade próxima da unificação, acirraram a disputa, entre a Áustria e a Prússia pelo comando e domínio do processo, que culminou com a guerra entre dois reinos. A vitória do segundo determinou que a unidade fosse estabelecida através da prussianização da Alemanha. Isto é, o Estado prussiano imprimiria suas características na nova nação. A principal característica da Prússia era a organização militarizada da sociedade e do Estado.[...] A unificação tardia da Alemanha, que não impediu um relativo desenvolvimento interno, deixou-a de fora da partilha dos territórios coloniais. Isto alimentava um expansionismo latente, que aumentaria com o próprio desenvolvimento interno. Daí o agressivo projeto imperial, o propósito constante de anexar novos territórios. (Ibidem, p. 53-54)

Ratzel vai ser um intelectual engajado nesse projeto estatal, sua obra foi uma proposta de legitimação do expansionismo bismarckiano, expressando assim um elogio do imperialismo, em outras palavras, o expansionismo como algo natural e inevitável. Para ele, no seu principal livro *Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História*; o objeto da Geografia foi definido como o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade, o que também atuaria na possibilidade de expansão. O homem precisaria utilizar os recursos da natureza para conquistar a sua liberdade, assim, a sociedade é vista como um organismo que mantém relações duráveis com o solo, sobretudo a partir da moradia e alimentação.

Quanto maior o vínculo com o solo, tanto maior a necessidade de a sociedade manter a sua posse, é por essa razão que a sociedade organiza o Estado: “Quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado” (Ratzel, apud Moraes, 1999). Nessa concepção, o Estado é um ente protetor acima da sociedade, o que se desdobrou na constituição da Geopolítica. Assim, o progresso para Ratzel implicaria a necessidade de aumentar o território através da conquista de novas áreas. A principal justificativa para essa posição está no conceito de “espaço vital”, isto é, uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis. Os autores do determinismo geográfico basearam suas posições nas implicações da obra ratzeliana (Moraes, 1999).

Em oposição a escola alemã, dentro desse paradigma clássico, surge a escola francesa, que se opõe principalmente as colocações de Ratzel. O principal autor dentro dessa escola foi Paul Vidal de La Blache. Os traços gerais da eclosão da Geografia na França estão na conjuntura da Terceira República e no conflito de interesse com a Alemanha, entre os principais aspectos desse período:

A França foi o país que realizou, de forma mais pura, uma revolução burguesa. Ali os resquícios feudais foram totalmente varridos, a burguesia instalou seu governo, dando ao Estado a feição que mais atendia a seus interesses. A França havia conhecido uma unificação precoce, que já datava de alguns séculos; a centralização do poder restava garantida pela prática da monarquia absoluta. Isto havia propiciado a formação de uma burguesia sólida, com aspirações consolidadas, e com uma ação nacional. Esta classe formulou e comandou uma transformação radical da ordem existente, implantando o domínio total das relações capitalistas. Napoleão Bonaparte completou este processo de desenvolvimento do capitalismo na França, o qual teve seu ponto de ruptura na Revolução Francesa, que varreu do quadro agrário deste país todos os elementos herdados do feudalismo. As jornadas de 1848 e da Comuna de Paris, e suas sangrentas repressões, atestaram o cair da máscara da dominação burguesa, refletindo o fim da fase heroica desta classe, que agora era dominante e lutava para manter o poder do aparelho de Estado. Os ideais e as propostas liberais e progressistas, forjadas na fase revolucionária, caem por terra, frente aos imperativos autoritários demandados pela manutenção do status quo. Porém, são mantidos no discurso, como veículos ideológicos. Forjou-se uma ideologia da defesa das liberdades formais, porém subjugada a ordem. Tentou-se apresentar a instabilidade política e os golpes de Estado, sob uma auréola de legalidade. A ciência cumpriu um papel importante, nesse movimento ideológico. Foi posta como distante dos interesses sociais, envolvida num manto de neutralidade. E, através dessa pretensa objetividade, legitimou autoritárias doutrinas da ordem. (Ibidem, p.62-63)

Na segunda metade do século XIX, a França e a Prússia disputam a hegemonia europeia, ou seja, um choque de interesses pela disputa imperialista, tal situação levou a guerra franco-prussiana, na qual a Prússia é vencedora. Assim, a França perde os territórios vitais para sua industrialização.

Foi nesse contexto de queda do Segundo Império Napoleônico, do levante da Comuna de Paris, da Terceira República e principalmente sob influência da vitória prussiana na guerra, que se desenvolve com o apoio do Estado a Geografia Francesa. Enquanto a Geografia de Ratzel legitimava a ação do Estado Alemão, era urgente para a França forjar uma Geografia para também legitimar os seus interesses imperialistas. Assim, a obra de Vidal de La Blache teve uma relação profunda com os interesses da Terceira República, que igualmente a Ratzel, vinculou o discurso científico com interesses das classes dominantes.

Contudo, a proposta de Vidal de la Blache manifestava uma concepção liberal, que ataca o caráter apologético do expansionismo alemão contido na obra de Ratzel, mesmo com o pensamento vidalino também vinculado com a legitimação do Estado francês. Na verdade, tratava-se de uma vinculação mais velada. Nesse ataque, a Geografia vidalina era uma tentativa de despolitização do temário dessa disciplina, ou seja, reproduzindo o mito da ciência neutra. O caráter naturalista, isto é, a minimização do elemento humano também recebeu crítica de Vidal de La Blache. Assim, em oposição à concepção fatalista e naturalista da relação entre homens e natureza, a Geografia francesa vai ser fundada a partir de uma concepção relativista, negando a própria determinação (Moraes, 1999)

Vidal de La Blache, definiu a Geografia como a relação homem-natureza na perspectiva da paisagem. Colocou o homem como um ser ativo que sobre influência do meio, contudo, atua sobre este, transformando-o. Assim, a natureza é vista na obra vidalina como uma possibilidade para a ação humana. Daí o nome de Possibilismo dado a esta corrente. O conceito de região ganha importância nas análises da Geografia Francesa: [...] as regiões existiriam de fato, e caberia ao geógrafo delimitá-las, descrevê-las e explicá-las. “A região seria uma escala de análise, uma unidade espacial, dotada de uma individualidade, em relação a suas áreas limítrofes” (p.79). Outro conceito importante é o de “gênero de vida”, o qual expressa uma relação entre a população e seus recursos, uma situação de equilíbrio. A diversidade de meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida (Moraes, 1999). Segundo o autor:

[...] É possível observar o sutil argumento que, num mesmo discurso, critica o expansionismo germânico, ao mesmo tempo em que resguarda uma legitimação da ação colonial francesa. As fronteiras europeias definiriam domínios de civilização, solidamente firmados por séculos de história. Assim, qualquer tentativa de não respeitá-las significaria uma agressão, na medida em que estes limites seriam fruto de um longo processo de civilização. Note-se que a ação imperial francesa não se concentrava na Europa; era principalmente um expansionismo colonial, que tinha por espaço a Ásia e a África. Aqui se criticava a expansão alemã. Por outro lado, estes dois últimos continentes abrigariam sociedades estagnadas, imersas no localismo, “comunidades vegetando lado a lado”, sem perspectivas de desenvolvimento. Aqui, o contato seria necessário, para romper este equilíbrio primitivo. Ao definir o progresso como fruto de relações entre sociedades com gêneros de vida diferentes, num processo enriquecedor, Vidal de La Blache abriu a

possibilidade de falar da “missão civilizadora do europeu na África”. E, assim, legitimar a ação colonialista francesa. Dessa forma, uma legitimação indireta, onde o tema da expansão e do domínio territorial (assim como os demais assuntos diretamente políticos) não são sequer mencionados”. (Ibidem p.24)

Nas palavras do próprio La Blache (apud Santos, 2004):

[...] Devemos nos congratular porque a tarefa da colonização, que constitui a glória da nossa época, seria apenas uma vergonha se a natureza pudesse ter estabelecido limites rígidos, em vez de deixar margem para o trabalho de transformação ou de reconstrução cuja a realização está dentro do poder do homem”. (p.32)

Sintetizado os principais elementos do paradigma clássico, para Santos (2004) a Geografia como conhecimento científico sistematizado é resultado direto do triunfo burguês. Por consequência, desde seu berço, a Geografia foi chamada à persuasão do espaço para lógica expansiva do capital. Ao imperialismo, ela desempenhou o papel de adequação do espaço geográfico das colônias às condições de exploração capitalista. Nesse sentido:

De fato, a geografia oficial, foi “desde os seus começos” mais uma ideologia que uma filosofia, e isto não se deu apenas na Alemanha, mas um pouco pelo mundo inteiro [...] A ideologia engendrada pelo capitalismo quando da sua implantação tinha que ser adequada às necessidades de expansão nos países centrais e na periferia. [...]. As necessidades em matérias-primas da grande indústria garantiam além-mar a abertura de minas e a conquistas de terras que eram também utilizadas para produção de alimentos necessários aos países então industrializados numa fase onde a divisão internacional do trabalho ganhava nova dimensão. Era então imperativo adaptar as estruturas espaciais e econômicas dos países pobres à novas tarefas que deviam assegurar sem descontinuidade. A geografia foi chamada a representar um papel importante nessa transformação. (Ibidem p.29-30).

Entretanto, é preciso lembrar que diante do imperialismo, diversos geógrafos dividiram seus pontos de vista. Em um lado, temos aqueles que buscavam desenvolver uma ciência em que o espaço geográfico é organizado com o objetivo de oferecer ao ser social mais igualdade e mais felicidade, citamos: Elysée Reclus, Camille Vallaux e Kropotkine. No lado oposto, dominava colonialismo e o império do capital, construindo uma ciência conforme a necessidade colonizadora das potências imperialistas (Santos, 2004).

Portanto, a Geografia foi utilizada como instrumento de conquista colonial. Em especial, nos países colonizadores, houve um grande empenho por parte dos geógrafos nessa tarefa de readaptar o espaço geográfico conquistado às necessidades de expansão da fase imperialista. A geografia teve dificuldades para se desligar dessa gênese, norteadas por grandes interesses, carregando consigo diversos aspectos desses tempos (Santos, 2004).

Apesar das diferenças quanto à definição do objeto da Geografia, é possível localizar no paradigma clássico uma continuidade entre os autores e suas respectivas correntes,

sobretudo no caráter naturalista e empirista expressos em algumas máximas comuns às tentativas de definição do objeto da análise geográfica. Essas máximas expressam a influência dos postulados do positivismo na Geografia (Moraes, 2009).

Resgatando os principais aspectos do positivismo, podemos afirmar que esse sistema teórico é resultado da tentativa de estabelecer a partir do modelo científico das ciências naturais um modelo metodológico para ciências sociais. A sociedade, como a natureza é regida por leis naturais, o papel da ciência é captar essa lei observada através da aparência dos fenômenos. Assim, os diversos postulados das ciências naturais foram transportados para o estabelecimento das ciências humanas, que segundo os positivistas, trata-se da física social ou ciência natural da sociedade (Löwy, 2000).

Entre as principais manifestações dessa filiação positivista no pensamento geográfico tradicional, podemos citar a redução da realidade ao mundo dos sentidos, em outras palavras, o trabalho científico é o domínio da experiência empírica. Assim, a Geografia deve incidir sobre os aspectos visíveis do real. A partir da aparência dos fenômenos, a cientificidade é apenas um observador. Segundo Moraes (1999): “tal postura aparece na Geografia através da desgastada máxima – “A Geografia é uma ciência empírica, pautada na observação” – presente em todas as correntes dessa disciplina” (p.22).

A segunda expressão dessa filiação está na ideia de único método de interpretação, comum a todas as ciências, ou seja, não há diferenças na análise das ciências humanas e das ciências naturais. Pelo nível de desenvolvimento das ciências da natureza, o estudo da física social deveria se orientar por esse método, estabelecendo assim a ciência natural da sociedade, o que foi expresso especificamente na Geografia através:

Esta concepção, que incide na mais grave naturalização dos fenômenos humanos, se expressa na onipresente afirmação: “A Geografia é uma ciência de contato entre o domínio da natureza e o da humanidade” (Ibidem, 1999, p. 23)

A terceira expressão está na máxima, que tenta estabelecer um sistema axiológico, hierarquizados das ciências e procedimentos. Esse sistema atua como regras, em outras palavras, como um receituário de pesquisa tido inquestionável.

A Geografia é uma ciência de síntese”. Esta concepção alimenta-se no afã classificatório do positivismo, sempre às voltas com uma hierarquização das ciências. No caso, revelando enorme imodéstia, tornar-se-ia a Geografia como a culminância do conhecimento científico, isto é, como a disciplina que relacionaria e ordenaria os conhecimentos, produzidos por todas as demais ciências. Seria uma especificidade mesmo de fenômenos que compõem o real, num leque que abrangeria, desde aqueles tratados pela Física, até os do domínio da Economia ou da Antropologia. Assim, tudo entraria na análise geográfica, que desta forma tenderia a ser exaustiva em termos dos elementos abarcados.(Ibidem, p.24).

Dentro do paradigma tradicional, essas duas correntes foram responsáveis pela sistematização de um corpo de estudo com relativa unidade interna e rico acervo empírico. Essas correntes foram fortemente influenciadas pelo positivismo, corrente também responsável pelo estabelecimento do arcabouço metodológico das ciências humanas. Observamos que aqueles traços gerais do padrão moderno de produção do conhecimento científico também incidem sobre a Geografia, sobretudo, através do positivismo.

Para Mandel (1982) o sistema capitalista passa por significativas transformações desde a Grande Depressão de 1929/30. Sobretudo com o fim da Segunda Guerra Mundial, o sistema capitalismo entrou numa terceira fase de desenvolvimento, desdobramento da época imperialista e do capitalismo monopolista. Período denominado de capitalismo tardio, isto é, marcado pela expansão do processo de acumulação em razão da elevação da taxa de lucro. Diferente do capitalismo monopolista e do imperialismo, descritos por outros autores, bem como diferente do capitalismo clássico do *laissez-faire* do século XIX.

As características do capitalismo tardio, também denominado em outras obras do autor de neocapitalismo, eram: aceleração da inovação tecnológica, economia de guerra permanente e revolução colonial em expansão. Por consequência, o centro de gravidade dos superlucros se descolasse dos países coloniais para os países imperialistas (Silva, 2012). Nesse contexto de intensas mudanças tecnológicas, a ciência se consolidou como uma importante força produtiva.

Diante desse cenário, instala-se um tempo de crise na Geografia Tradicional e dos seus postulados teóricos. As razões dessa crise podem ser explicadas por três linhas. Primeiro, as produções dentro da perspectiva da Geografia Tradicional não acompanhavam o ritmo de mudança, sobretudo, das novas tarefas imposta ao campo científico com o desenvolvimento do capitalismo e a nova feição que assumida pelo Estado. Em segundo lugar, a realidade tornou-se cada vez mais complexa.

A urbanização atingiu graus desconhecidos, apresentando novos fenômenos. No quadro agrário também se modificou a partir da mecanização das atividades agrícola em várias partes do globo. As Comunidades locais tendiam a desaparecer, o lugar não se explicava em si mesmo; os centros de decisão das atividades ali engrenadas localizavam-se, muitas vezes, a milhares de quilômetros. O espaço terrestre se globalizava através da intensificação dos fluxos e das relações econômicas. O instrumental teórico elaborado pela Geografia Tradicional não respondia as novas questões postas pela economia mundanizada (Moraes, 1999). Em terceiro lugar, e em razão dos elementos apresentados acima, não somente o instrumental, mas os próprios pressupostos e

fundamentados filosóficos da Geografia Tradicional havia desabado. Na mesma linha, Santos (2004) afirma que:

A Geografia não podia escapar à enormes transformações ocorridas em todos os domínios científicos, após a Segunda Guerra Mundial. No que toca às ciências humanas, tratava-se muito mais de uma revolução que no mesmo de uma evolução. Para isso, contribuíram três razões essenciais: em primeiro lugar, os próprios suportes de trabalho científico progrediram muito; em segundo lugar, as necessidades dos utilizadores mudaram; e, finalmente, o objeto da atividade científica se modificou (p.30)

A Geografia Pragmática surge nesse contexto de crítica à insuficiência da análise tradicional, sobretudo, no âmbito do seu caráter não-prático. Contudo, tal crítica não contesta os seus fundamentos e à sua base social, afirmam que “[...] esta disciplina teve sempre uma ótica retrospectiva, isto é, falava do passado, era um conhecimento de situações já superadas. Assim não informava a ação, não previa; logo, era inoperante como instrumento de intervenção na realidade. (Moraes, 1999, p.100). Nesse sentido, da Geografia Pragmática, propuseram um conhecimento, que a partir dessa ótica do passado, instrumentalizasse uma Geografia aplicada. Portanto, a finalidade dessa corrente era somente uma renovação metodológica, ou seja, novas técnicas e uma nova linguagem que dê conta das novas tarefas posta pelo planejamento:

É uma crítica “acadêmica”, que não toca nos compromissos sociais do pensamento tradicional. Nem poderia ser de outra forma, na medida em que estes compromissos são mantidos. Como foi visto, o planejamento é uma nova função, posta para as ciências humanas pelas classes dominantes; é um instrumento de dominação, a serviço do Estado Burguês. A Geografia Pragmática é uma tentativa de contemporaneizar, em vista dessa nova função, este campo específico do conhecimento, sem romper seu conteúdo de classe” (Ibidem, p.101).

As principais expressões desse movimento de renovação, também denominado de Nova Geografia, são a Geografia Quantitativa e a Geografia Sistêmica ou Modelística (Moraes, 1999). Aos adeptos dessa corrente, o temário geográfico poderia ser analisado e explicado totalmente pelo uso de métodos e modelos matemáticos. As questões tratadas pela Geografia, – as relações e inter-relações de fenômenos de elementos, as variações locais da paisagem, a ação da natureza sobre os homens etc. – seriam passíveis de ser expressas em termos numéricos ou modelos matemáticos (Moraes, 1999). Assim:

Para eles, os avanços da estatística e da computação propiciam uma explicação geográfica. Por exemplo, ao se estudar uma determinada região, a análise deveria começar pela contagem dos elementos presentes (número de estabelecimentos agrícolas, total de população, extensão, número e tamanho das vilas e cidades etc.); este procedimento forneceria tabelas numéricas de cada dado, as quais seriam trabalhadas estatisticamente pelo computador (médias, variâncias, desvio-padrão, medianas etc.) e relacionadas (correlação simples e múltipla, regressão linear, covariação, análise de agrupamento etc.); ao final, surgiriam resultados numéricos, cuja

interpretação daria a explicação da região estudada [...] Outra via de objetivação da Geografia Pragmática vem da teoria dos sistemas; daí ser chamada Geografia Sistêmica ou Modelística. Esta, expressa por exemplo nas colocações de Brian Berri, propõe o uso de modelos de representação e explicação no trato dos temas geográficos. Na verdade, articula-se com a proposta anterior, mas ultrapassa-a, ao conceber um nível mais genérico de análise. (Ibidem, p.102)

Em relação às propostas metodológicas, não houve um rompimento com os pressupostos da ciência moderna:

Troca-se o empirismo da observação direta (do “ater-se aos fatos” ou dos “levantamentos dos aspectos visíveis”) por um empirismo mais abstrato, dos dados filtrados pela estatística (das “médias, variâncias e tendências”). Do trato direto com o trabalho de campo, o estudo filtrado pela parafernália da cibernética. Nesse processo, sofisticam-se o discurso geográfico, tornam-se mais complexas a linguagem e as técnicas empregadas. Da submissão total aos procedimentos indutivos (e toda a Geografia Tradicional faz o elogio da indução) passa-se a aceitar também o raciocínio dedutivo. Da contagem e enumeração direta dos elementos da paisagem, para as médias, os índices e os padrões. Da descrição, apoiada na observação de campo, para as correlações matemáticas expressas em índices. Nesse processo, há um empobrecimento do grau de concretude do pensamento geográfico. Apesar da sofisticação técnica e lingüística, este permanece formal (preso às aparências do real), e agora mais pobre, porque mais abstrato. (Ibidem ,p.102).

O movimento de renovação da Geografia, também denominado de Nova Geografia é uma tentativa atualização da função dessa disciplina aos novos imperativos do capital, ou seja, não houve um rompimento de classe. Na verdade, mudou-se a forma, mas não os conteúdos de classe. Assim podemos chamar esse movimento de uma renovação conversadora. No caso do Brasil, ocorreu através do uso dos modelos e a teoria dos sistemas articularam-se numa proposta chamada de Geografia Teorética, que em linhas gerais seguem as correntes acima.

De acordo com Moraes (1999), a Geografia Crítica é outra vertente que também agrupa um conjunto de propostas para o movimento de renovação do pensamento geográfico. Essa denominação é resultado, no primeiro nível de uma postura de crítica radical frente às correntes anteriores, que leva ao nível de ruptura. E no segundo nível, corresponde, principalmente, a uma postura frente à realidade, isto é, frente à ordem hegemônica. Na verdade, são os autores dessa corrente que se posicionaram por uma transformação radical da realidade social, pensando o conhecimento como uma importante arma nesse processo de transformação social:

Os autores da Geografia Crítica vão fazer uma avaliação profunda das razões da crise: são os que acham fundamental evidenciá-la. Vão além de um questionamento acadêmico do pensamento tradicional, buscando as suas raízes sociais. Ao nível acadêmico, criticam o empirismo exacerbado da Geografia Tradicional, que manteve suas análises presas ao mundo das

aparências, e todas as outras decorrências da fundamentação positivista (a busca de um objeto autonomizado, a ideia absoluta de lei, a não-diferenciação das qualidades distintas dos fenômenos humanos etc.). Entretanto, vão além, criticando a estrutura acadêmica, que possibilitou a repetição dos equívocos: o “mandarinato”, o apego às velhas teorias, o cerceamento da criatividade dos pesquisadores, o isolamento dos geógrafos, a má formação filosófica etc. E, mais ainda, a despolitização ideológica do discurso geográfico, que afastava do âmbito dessa disciplina a discussão das questões sociais. Assim, ao nível da crítica de conteúdo interno da Geografia, não deixam pedra sobre pedra. ((Ibidem, p.113).

O surgimento da Geografia Crítica tem raízes nos autores mais progressistas da Geografia Regional francesa. O geógrafo Jean Dresch aparece como exemplo nesse cenário ao assumir um discurso político crítico. Ao se aproximar dos estudos econômicos e sociais, essa vertente embasou-se na crescente importância do elemento humano, já desenvolvida pelo Possibilismo. Assim, essa ala vai progressivamente reformulando os pressupostos da Geografia.

A vanguarda dessa nova vertente no movimento de renovação foi manifestada na obra Geografia Ativa elaborada por P. George, Y Lacoste e R. Guglielmo. Essa obra opunha-se à Geografia Aplicada. Em linhas gerais, sua proposta uma análise geográfica que colocasse a descoberto as contradições da sociabilidade do capital nos vários quadros regionais. Portanto, ensejavam uma Geografia de denúncia das realidades espaciais injustas. Contudo:

Entretanto, esta Geografia de denúncia não rompia, em termos metodológicos, com a análise regional tradicional. Mantinha-se a tônica descritiva e empirista, apenas passava-se a englobar no estudo tópicos por ela não abordados. Introduziam-se novos temas, mantendo os procedimentos gerais da análise regional.[...] Tal perspectiva aparece com clareza, por exemplo, em obras como a Geografia da Fome de Josué de Castro, ou a Geografia do Subdesenvolvimento de Y. Lacoste. Estes livros não iam além da proposta regional, porém apresentavam realidades tão contraditórias, que sua simples descrição adquiria uma força considerável de denúncia, fazendo da Geografia um instrumento de ação política. Estes estudos tiveram um papel significativo, pois abriram novos horizontes para os geógrafos, ao apontarem uma perspectiva de engajamento social, de atuação crítica. (Ibidem, p.118)

O autor que estabeleceu a crítica mais radical da Geografia Tradicional foi Yves Lacoste, em seu conhecido livro *A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Para ele, a Geografia foi um importante instrumento de dominação burguesa, dotado de alto potencial prático e ideológico. Essas críticas incidem sobre o compromisso social e nos posicionamentos políticos da Geografia Tradicional. E aponta para propostas de renovação que implicam uma ruptura com o paradigma tradicional, sobretudo, na construção de um conhecimento que lhe seja antagônico. Assim, Lacoste define o seu trabalho como “guerrilha epistemológica”. Nas palavras de Moraes (1999):

Esta é a via revolucionária da renovação do pensamento geográfico, que agrupa aqueles autores imbuídos de uma perspectiva transformadora, que negam a ordem estabelecida, que vêem seu trabalho como instrumento de denúncia e com arma de combate; enfim, que propõem a Geografia como mais um elemento na superação da ordem capitalista. A crítica radical do pensamento tradicional é, dessa maneira, uma exigência do tom das propostas de renovação efetuadas (p.115)

A tônica da Geografia Crítica foi desmitificar o caráter ideológico das correntes da Geografia Tradicional e Geografia Pragmática, sobretudo, a articulação com às razões do Estado. Assim, como outras ciências, a Geografia também foi chamada à instrumentalização da dominação de classe. No caso dessa disciplina, ela foi responsável por desenvolver conhecimento para expansão territorial colonial, ou seja, adaptar a novas terras ao controle do imperialismo. O ordenamento territorial da divisão internacional do trabalho fora pensado e desenvolvido no arcabouço da Geografia. Esses aspectos atestam o compromisso de classe, isto é, como uma ciência que atua na legitimação do poder de classe. As expressões desses aspectos encontram-se nos próprios fundamentos metodológicos. Assim, “desvendaram as máscaras sociais aí contidas, pondo à luz os compromissos sociais do discurso geográfico, seu caráter classista. As razões da crise foram buscadas fora da Geografia”. (Moraes, 1999).

Pierre George foi o autor que se destacou na tentativa de estabelecer novos pressupostos em ruptura total com a Geografia Tradicional. Sua principal contribuição foi a introdução de alguns conceitos marxistas nas análises geográficas a partir da conciliação da metodologia da análise regional com arcabouço conceitual do Materialismo Histórico.

A Geografia Crítica desenvolveu-se bastante a partir dos estudos temáticos, principalmente, aqueles dedicados à urbanização, com importantes contribuições de autores não geógrafos como o sociólogo M. Castels e o filósofo H. Lefebvre. Entre os trabalhos temáticos sobre a questão urbana, a figura do geógrafo David Harvey merece destaque. Este autor que esteve anteriormente na vanguarda da Geografia Quantitativa, rompeu radicalmente com esta vertente através de obras com profundas autocríticas. No livro *A justiça social e a cidade*, o autor: “faz a crítica das teorias liberais sobre a cidade, e assume uma postura socialista”. Realiza então uma leitura das colocações marxistas, tentando empregar a teoria da renda fundiária na análise da valorização do espaço urbano. Analisa o uso do solo, um tema clássico da Geografia, à luz das categorias do valor-de-uso e do valor-de-troca (Ibidem, p.121). Assim, esse autor é responsável também pelas formulações da dialética do espaço a partir de uma perspectiva marxista.

Para Moraes (1999), a obra de Milton Santos, em especial *Por uma Geografia Nova*, merece destaque na crítica a história do pensamento geográfico, sobretudo, nas propostas

de renovação da Nova Geografia. Milton Santos (2004) também passa expor sua concepção de objeto da Geografia, é mais importante preocupa-se com o entendimento e definição do objeto de estudo da Geografia; do que com a definição da Geografia. Nas palavras do autor:

O espaço que nos interessa é o espaço humano ou o espaço social, que contem ou é contido por todos esses múltiplos espaços. Este são o objeto de disciplinas particulares. [...] Que é, então, o espaço do homem? É o espaço geográfico, pode-se responder. Mas o que é esse espaço geográfico? Sua definição é árdua, porque sua tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico é também espaço social.[...] O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos. (Ibidem, p.150-153)

Dentro dessa concepção caberia à Geografia entender como se dá esse movimento entre as formas sociais resultados de processos passados, também como condições para processos futuros. Isto é, as velhas formas são revivificadas pela produção presente. As diferenças entre os lugares são naturais e históricas, uma variação da organização espacial resultado da “acumulação desigual do tempo”. Para ele, “produzir é produzir espaço”, a organização do espaço é condição *sine qua non* da acumulação. A unidade de análise do geógrafo deve ser o Estado Nacional em razão da escala de atuação, é o agente de transformação, em outras palavras, os intermediários entre forças externas e internas e assim, manifesta o modo de produção.

Dentro do paradigma tradicional e quantitativista, a Geografia foi um importante instrumento de classe, o que afirma nossa discussão de que as classes sociais não importantes sujeito na produção de conhecimento. De um lado pra legitimação da ordem, como foi o caso da Geografia ou por outro lado, para mudança radical, possibilidade aberta com a Geografia Crítica. Apesar de politizar o debate, denunciando diversos dos postulados tradicionais, a Geografia Crítica não conseguiu realizar, nesse primeiro momento, uma ruptura total com os postulados da Geografia Tradicional. Por consequência, ela apresentou diversos problemas de ordem metodológica.

Segundo Moraes (1999), pode-se concluir que a Geografia Crítica é uma vertente que convivem propostas díspares que tentam obedecer ao mesmo objetivo e princípios. Trata-se, na verdade, de um agrupamento de perspectivas diferenciadas. De forma diversa e difusa, obra marxiana começa a ser introduzida na Geografia no movimento de renovação crítica, sobretudo, na afirmação de um compromisso de classe. A unidade desse paradigma se manifesta na postura de oposição e uma realidade social e espacial marcada pela

contradição e injustiça. Assim, fazem do conhecimento geográfico uma arma de combate à essa situação, realizando uma inflexão em relações aos paradigmas anteriores.

5. A CONTRIBUIÇÃO DA CATEGORIA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO PARA A GEOGRAFIA DO TRABALHO

5.1. A Geografia do Trabalho

Para apreender as principais contribuições da superexploração da força de trabalho para a Geografia é preciso, anteriormente, discutir o impacto da obra marxiana no pensamento geográfico, principalmente no âmbito da teoria do valor-trabalho. E assim, compreender o mundo do trabalho em Geografia, isto é, a Geografia do Trabalho.

A partir de uma nova concepção de método, já debatido anteriormente, as pesquisas de Marx resultaram que a sociedade burguesa não é uma forma social “natural imutável destinada a ser um ponto final para o desenvolvimento histórico, mas uma forma transitória e historicamente determinada que contenha no seu interior contradições e tendências que possibilitam a sua superação” (Netto, 2010, p. 25).

A crítica marxiana não significou a negação teórica dos clássicos, mas sua superação, incorporando conquistas e superando equívocos. Esse movimento é perfeitamente observável na elaboração da Teoria do Valor-Trabalho. De acordo com Netto (2010, p.27): “Para Marx e Engels, a Economia Política Clássica no sentido mais amplo, é a ciência das leis que regem a produção e a troca dos meios materiais de subsistências da sociedade humana, segundo Lenin, não é simplesmente a produção, mas as relações sociais que existem a partir da produção de bens”. Assim, Marx propõe apreender as dimensões históricas das categorias manejadas pelos clássicos, rompendo com a sua naturalização que os pressupunham como eternas, sobretudo da categoria trabalho (Netto, 2010).

A crítica da economia política ergue-se com base na teoria do valor trabalho, ou seja, na base da atividade econômica está no trabalho. Ora, é ele que torna possível a produção de bens, criando valores (uso e troca) o que constitui a base da riqueza social. Contudo, o trabalho é muito mais que um elemento da teoria da Economia Política. De fato, trata-se de uma categoria que, além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens na sociedade. Assim, o trabalho não é somente pertinente à Economia Política, mas uma categoria central com determinações para compreensão do próprio fenômeno humano-social. (Netto, 2010)

Em linhas gerais, já debatemos que segundo Marx (1986), o trabalho é a base fundante, em todas as suas dimensões, do auto-desenvolvimento da vida material e espiritual. Isto é, encontramos na categoria trabalho a protoforma do desenvolvimento do ser social e todas as suas dimensões. Esse pressuposto resulta em afirmar a centralidade dessa categoria para análise científica, em especial para a Geografia. Contudo, Thomaz Thomaz Thomaz Junior (2002) nos indaga “como a temática do trabalho deverá ser investigada e “lida” pelo olhar do geógrafo, a “leitura” geográfica?” (p.39). Assim, trata-se de apreender o mundo do trabalho em Geografia.

Segundo Moreira (2001) deve-se entender o mundo do trabalho em geografia a partir de dois níveis: primeiro, a relação metabólica do homem com a meio natural e segundo, a relação espacial do homem com a sociedade. Isto é, podemos designá-lo, respectivamente no âmbito do metabolismo ambiental e no âmbito das concreções espaciais. São diferentes dimensões que se cruzam na análise geográfica tendo o trabalho como produtor de valor, isto é, a teoria do valor-trabalho como referência central.

De acordo com Júnior (2002) Pierre George foi um dos primeiros a apresentar elementos de uma pretensa Geografia do trabalho como princípio analítico. Essa concepção estava atrelada à noção do possibilismo, que supõe o trabalho como o ato transformador capaz de permitir ao homem extrair do meio (*habitat*) as condições e os meios de vida.

Dentro da longa trajetória a ser considerada, desde os primórdios da sistematização da Geografia no final do século XVIII e início do século XIX, podemos em linhas gerais:

Por ora, podemos inferir que desde priscas eras o trabalho foi entendido de diferentes formas. Como mediador das transformações que o homem promovia na natureza, base, aliás, do recorte positivista que dá liga às Geografias e que sacramentou a dicotomia entre o que viria cimentar o discurso geográfico escolar: paisagem natural, paisagem humanizada; somente em meados do século XX ganha a cena a formulação primeira natureza e segunda natureza herdada de um debate enraizado nas ciências sociais.[...] Se pudéssemos puxar uma linha na história, o trabalho na Geografia, invariavelmente, esteve (des)sintonizado da sociedade (enquanto parte do processo social movido pela *fúria* reprodutiva do capital ancorada na extração de mais-valia e da vinculação do trabalho abstrato ao empreendimento societário reinante), portanto distante do pacto de classes que a burguesia orquestrou para consolidar seu projeto de dominação. Fora também da natureza, enquanto elemento distante do *corpus* natural e visto somente como atividades humanas, já que o homem já estava fora da natureza. Nem lá, nem cá, o trabalho (des) situado geograficamente, o que Moreira (1987) denominou de “homem atópico”, alienado do processo social de produção e obliterado pelo estranhamento - diante das amarras sociais que lhe impedem *viver* a integridade da existência social - consolidaram-se/fragilizaram-se as compreensões que se referenciam a entendê-lo enquanto objetividade reificada ou um mero fator material de produção. (Ibidem, p.39-40)

Herdeiros do movimento de renovação crítica da Geografia, em especial, para a apreensão do movimento dialético de produção do espaço, o trabalho sob o enfoque geográfico é entendido como expressão da relação metabólica entre o ser social e a natureza. Como categoria ontológica do processo de humanização do ser social, “[...] já em nível superior à protoforma da práxis social, o trabalho é resultado de um pôr teleológico através do qual o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução. O trabalho enquanto fonte primária da articulação entre causalidade e teleologia é um processo entre atividade humana e natureza que se sintetiza na célula do ser social. (Ibidem, p, 41)

De acordo com Moreira (2001) ao resgatar o lugar central do valor, o trabalho é produtor de valor-de-uso, ao transformar a natureza mulheres e homens produzem bens necessários à sua reprodução, denominados de valores-de-uso, e também o espaço geográfico. Assim, no metabolismo socioambiental, o trabalho é transformação dos meios naturais em meios sociais, realiza o salto de qualidade na primeira natureza em uma natureza sociabilizada. Esse âmbito o mundo do trabalho é a humanização do homem. O valor é resultado trabalho, formando uma simbiose denominada de valor-trabalho, essa concepção foi primeiramente esboçada por Marx (2008)

Na sociedade onde as divisões técnicas do trabalho e das trocas são poucas desenvolvidas, predomina o valor-de-uso, isto é, o trabalho concreto. Nas sociedades mais desenvolvidas, há o predomínio do trabalho abstrato produtor do valor-de-troca. A passagem de uma sociedade para outra significa uma inversão dessas categorias. A forma de valor é diversa no decorrer do processo histórico, variando da forma valor-de-uso e valor-de-troca. Essa relação vai-se modificando até o surgimento da moderna sociedade capitalista (Moreira, 2001)

Na sociedade capitalista, forma histórica específica, escala e natureza do valor determina o conteúdo do trabalho, bem como as formas de mediação na esfera da circulação, da técnica, e nos assentamentos espaciais do conjunto da sociedade. Primeiro, troca-se valores-de-uso intercambiados por seus próprios produtores diretos. Quando as trocas tornam mais generalizadas e complexas, uma equivalência de referência dos valores dos bens trocados torna-se uma necessidade prática dos produtores. Assim, surge a medida de valor através da quantidade de horas-trabalho gasta na produção de valor-de-uso, em outras palavras, surge o valor-de-troca (Ibidem).

O valor-de-troca desencadeia a necessidade de um termo médio para organização dos intercâmbios, nascendo também o dinheiro como meio de troca, que evoluiu para padrão de medida da quantidade de hora-trabalho intercambiadas. O capitalismo atribuiu

uma dimensão mais precisa a esse sistema de troca de mercadorias. O mundo do trabalho é uma expressão historicamente específica desse processo, que se refere à sociedade industrial, do seu período clássico com a segunda revolução industrial até o desenvolvimento pleno do capitalismo. A forma ambiental do trabalho é modificada com o advento do capitalismo. As relações homem-natureza são reorientadas para o processo da produção de mercadorias, assim o trabalho é confinado a uma atividade econômica e não mais de auto-realização. O trabalho passa a ser uma coisa físico-econômica. Anteriormente, para destacar a outra dimensão do trabalho:

Nas sociedades anteriores à revolução industrial, o trabalho é um rio corrente que envolve toda a comunidade (expectuando-se a classe dominante, esta como sempre parasitária) na tarefa de relação metabólica, na qual toda a população se integra. Trabalho, natureza e sociedade interagem numa relação de identidade nessas sociedades. As fases do trabalho são momentos de festas, marcos de um calendário de vida e de tempo-espaço que regem a sociedade como um todo (Ibidem p.11)

O trabalho é transformação em um utilitarismo econômico do valor, que também domina a relação ambiental, ou seja, torna-se prisioneiro da expansão do capital. Assim, a concretude espacial do trabalho vem dessa relação metabólica, que a partir dos aspectos elucidados vão-se produzindo um novo ordenamento no espaço geográfico e registros visuais da paisagem intimamente relacionados à divisão social do trabalho (Ibidem).

A fragmentação territorial que se estabelece, que aprofunda o ato da população e trabalho, é resultado da separação da propriedade dos meios de produção dos camponeses, convertendo o campesinato em vendedores de força de trabalho. A migração compulsória esvazia os campos e urbaniza as cidades, criando condições para o desenvolvimento fabril. Inicia-se a fase de ruptura espacial:

Logo em seguida, separa-se produção e mercado, indústria e agricultura, campos e cidade, culminando na estrutura fragmentária já conhecida. Isolado dentro da sociedade, o mundo espacial do trabalho vira um conceito ideologizado. Para além de estratificado, é fragmentado, numa diversidade de mundos criados por referência ao mundo da fábrica: mundo dos operários, mundo dos lumpens, mundo dos camponeses, mundo dos índios. (Ibidem, p.12)

A técnica é responsável por intensificar a produção e circulação de mercadorias, através, respectivamente, de um conjunto de máquinas e ferramentas e dos meios de transformações e comunicação. A primeira revolução industrial e a metade da segunda revolução assentam-se na hegemonia do capital industrial, proporcionando a prioridade da esfera da produção. A emergência da terceira revolução industrial, com a hegemonia do capital financeiro, proporciona o primado da esfera da circulação (Ibidem).

Na fase industrial, falar de valor é falar da extração da mais-valia operária. O papel do valor fabril inviabiliza a emergência e generalização de outras formas, há um imperativo da fábrica e do trabalho operário. Neste momento, trabalho, trabalhador e classe operária se confundem. O modelo fabril institui a sociedade do trabalho, circunscrevendo o mundo do trabalho. Este trabalho fabril é sinónimo de transformação da natureza, isto é, das matérias-primas em mercadorias, excluindo desse processo o mundo da agricultura e da pecuária, dos serviços e comércio. No período de hegemonia financeira, entender o valor é abrir um leque maior de possibilidades. Essa passagem da fase industrial para a financeira, o valor sofre grandes mudanças, pondo em crise o seu conceito e as categorias do valor e do mundo do trabalho (Ibidem). Segundo Thomaz (2011, p.47), a passagem da fase industrial para a financeira, trata-se da mudança:

[...] nas formas de organização do processo de trabalho (do taylorismo-fordismo ao toyotismo restrito/sistêmico e/ou outras combinações), que se expressam na desproletarização, na informalização, nos contratos temporários, nos novos mecanismos de repressão e cooptação do trabalhador, e em outras tantas formas precarizadas, bem como a despossessão - sendo que, a cada dia os efeitos desse metabolismo societário do capital fragmenta, complexifica e heterogeneiza o mundo do trabalho e todos os sentidos assumidos pela polissemização – promovem profundos rearranjos territoriais e conseqüentemente, redefinições locais do domínio espacial, e mexem profundamente com o universo simbólico e com a subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho, refletindo diretamente na crise porque passa os movimentos sociais populares em geral, e em particular o sindical e operário. É importante lembrar que a partir dessa técnica organizacional, o toyotismo e suas combinações, resolveram dois problemas não solucionados pelo fordismo: ajuste da produção às flutuações e crises do mercado e, a organização baseada nas equipes de trabalho, como forma de eliminar trabalhadores nos momentos de crise e as porosidades, aumentando a intensidade e o ritmo da exploração do trabalho humano, sem impactar a linha de produção (processo de produção nas respectivas escalas de sua abrangência).

Essas mudanças promovem uma nova divisão social-técnica-territorial do trabalho, continuamente fundada nas contradições do capital versus trabalho. Assim, estamos falando de outro tempo-espaco com mudança na luta de classe, ou seja, trata-se para o capital de uma batalha para reorganizar as bases espaciais do valor. As mudanças tecnológicas, as inovações de processo e as formas de gestão e controle do trabalho dão o tom da reorganização das bases espaciais do valor, isto é, responsáveis pela remoção das barreiras espaciais. (Ibidem, 2011). Sobre a atualidade do mundo do trabalho:

Depois de ultrapassada a fase concorrencial da era imperialista, o capitalismo monopolista constrói um universo de relações que desde o início do século XX edificou o deslocamento constante dos trabalhadores de um lugar a outro, num vai-e-vem sem fim. Esse processo sempre foi acompanhado da resistência do trabalho, ora dos camponeses para não saírem da terra, ora dos já proletarizados trabalhadores, para não perderem o emprego, vide a rica história do movimento operário e camponês nos

quatro cantos do planeta. Ao recorrermos ao caso brasileiro, notamos que se num dado momento a desterração significou a expulsão de milhões de camponeses e índios da terra rumo aos centros urbanos, em momento recente a desterritorialização dos trabalhadores proletarizados em geral, mas, sobretudo, urbanos, que expressa a cisão do vínculo empregatício ou perda do emprego, move parte desses trabalhadores ao retorno a terra, sendo, pois, a fração majoritária vagueia de lugar a lugar em busca de novas colocações, sendo que para garantir seu sustento se enquadram em diferentes atividades urbanas, que exprimem formas assalariadas, semi-assalariadas, autônomas, mas todas reunidas no quadro da precarização do trabalho. Esse contínuo e conflituoso processo de (re)territorialização do trabalho também apresenta faces específicas em relação ao retorno a terra, ou ainda, a permanência na terra, mas não mais como proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, mas como assalariado, assentado, ocupante, etc. (Ibidem,p.107)

O trabalho como categoria ontológica do ser social se manifesta na Geografia sob dois níveis articulado de existência: primeiro do metabolismo homem-meio e a regulação da sociedade/espço. O advento da sociabilidade do capital em suas diferentes fases desenvolvimento impõe constantes mudanças na concretude espacial dos dois níveis de apreensão do trabalho. Como afirma Santos (1994 apud Thomaz, 2001) “uma sociedade só existe se ela existe geograficamente”. Se a sociabilidade é resultado do trabalho como protoforma, a espacialidade dessa sociedade também será resultado do trabalho.

Assim, a Geografia pode contribuir para o entendimento das manifestações dos arranjos espaciais do mundo trabalho. Em especial, para o desvendamento dos contornos territorial das contradições que surgem em decorrência da hegemonia do capital. É preciso assumir a categoria trabalho como central no entendimento da sociabilidade, e na espacialidade dessa sociabilidade.

Em linhas gerais, a contradição capital X trabalho surge da submissão do segundo ao primeiro para atender os interesses da acumulação. No capitalista, a compra da força de trabalho é o principal mecanismo de submissão e de extração da mais-valia fonte de acumulação. A transformação do dinheiro em capital ocorre quando o dinheiro é transformado em fatores de produção converte-se em meios de trabalho que vão possibilitar a extração do trabalho vivo, em outras palavras, gerando a mais-valia, da sua exploração mais capital (MARX, 2010).

Apesar das diversas transformações do sistema capitalista, desenvolvendo em cada fase novos mecanismos de acumulação, o trabalho vivo ainda continua sendo a principal forma de extração da mais-valia e de acumulação. Nesse sentido, a teoria do valor-trabalho esboçada na crítica da economia política clássica fornece elementos importantes para o entendimento das formas de submissão do trabalho ao capital.

A globalização é a ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, ápice que expressa a fase do capitalismo tardio. Por sua vez, esta fase foi caracterizada como capitalismo maduro ou tardio. Esse termo faz referência ao pleno desenvolvimento das possibilidades de acumulação de capital, contudo não se trata de um novo capitalismo, mas uma etapa que agrega os elementos das fases imperialistas e monopolistas.

Assim, o tardio ou maduro remete ao aprofundamento das contradições fundamentais do sistema capitalista, sobretudo, da relação capital x trabalho. Esse aprofundamento é resultando no esgotamento do papel civilizatório do capitalismo e decorrentes tendências de barbarização da vida social.

Nesse sentido, a crise do “modelo” fordista/taylorista de produção e do Estado Welfare State (“bem-estar social”), tanto estadunidense e europeu na década de 1970 é a expressão fenomênica desse complexo quadro de crise estrutural do capitalismo tardio (ANTUNES, 2001). Na tentativa de reverter o período de estagnação dos ciclos de ondas decrescentes, a partir de 1980, o capital desencadeou uma reação implacável à queda da taxa de lucro. Essa reação ocorre por meio de um conjunto de transformações para tentar recompor suas taxas de rentabilidade, contudo sem retomar a uma nova fase expansiva. Essas transformações na formação social capitalista contemporânea podem ser resumidas em três mecanismos centrais: flexibilização das relações de trabalho, reestruturação produtiva e advento das políticas neoliberais (Harvey, 1992)

O caráter do conjunto dessas transformações produtivas repercute diretamente sobre as formas de organização do trabalho, com resultado diferente para o conjunto de países. No quadro brasileiro de dependência e condição subalterna, segundo Thomaz (2011) podemos apontar o seguinte:

1) a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo; 2) a ampliação do assalariamento no setor de serviços; 3) o incremento das inúmeras formas de subproletarização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, precário, subcontratado, “terceirizado”; 4) verifica-se, também, que todas essas formas que redimensionam a heterogenização do trabalho têm, na crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, expressão, em especial, quando se pensa em termos da expansão do trabalho precarizado, “terceirizado”, sub-contratado, *part-time*, etc.; 5) intensificação da superexploração do trabalho, através da extensão da jornada; 6) a exclusão de trabalhadores jovens e “velhos” (acima de 45 anos), do mercado de trabalho; 7) a expansão do patamar de trabalho infantil, em especial nas atividades agrárias e extrativas. (p.47)

No âmbito do mercado mundial, a formação econômica-social nacional brasileira desempenha o papel de capitalismo dependente que atribui especificidades as formas de exploração da força de trabalho. Para compreender essas formas é preciso considerar as particularidades históricas da formação capitalista no Brasil. Assim, é necessário buscar

instrumentos metodológicos e analíticos que ajudem a compreender como as formas de trabalho no contexto nacional contribuem para circulação mundial.

Na atual fase de subordinação do trabalho ao capital, acreditamos que a categoria superexploração da força de trabalho (Marini, 1973) é importante aporte explicativo. Sobretudo, para apreender as modalidades de potenciação da exploração do trabalho no contexto do capitalismo dependente brasileiro, em que as formas de trabalho e a sua reorganização territorial possui uma dimensão particular e historicamente determinada no sistema-mundo. Assim, essa categoria é fundamental para o entendimento da particularidade do trabalho no Brasil, e por consequência sua dimensão territorial. Neste momento da pesquisa, apresentaremos o quadro geral de surgimento da Teoria Marxista da Dependência no cenário latino-americano. Em seguida, apresentaremos um esboço da superexploração da força de trabalho.

5.2. A Superexploração da Força de Trabalho na Teoria Marxista da Dependência

No pensamento social latino-americano, o debate intelectual entre as décadas 1950 e 1960 permanece como importante marco de reflexão sobre as particularidades da formação capitalista na região. É um debate de ideias historicamente determinado pela conjuntura de expansão acelerada das relações capitalistas. Este debate também é um conjunto de reflexão sobre os caminhos a serem seguidos pelo desenvolvimento do capitalismo na região.

Sobre esse cenário de desenvolvimento do capitalismo, esse período marcado pela transição do padrão agrário-exportador para economia industrial-urbana com importantes repercussões para correlação de forças entre as classes sociais. Em linhas gerais, esse processo de desenvolvimento capitalista pela via não-clássica ganha dinamismo com advento da crise internacional de 1929-1932. A crise impõe restrições ao modelo primário-exportador, características das economias dos países periféricos, que por meio da modelo substituição das importações conduzem a sua industrialização. Essa industrialização ocorre por meio de um aparato de intervenção estatal resultado do novo pacto social entre classes dominantes, considerando que o padrão primário-exportador proporcionou acumulação de capitais e o trabalho livre levou o surgimento de um mercado consumidor interno.

Apesar das controvérsias sobre o caráter da revolução burguesa no Brasil, a década de 1930 é abordada na literatura especializada como um marco para compreender a

processualidade da via não-clássica de transição ao capitalismo. Principalmente, com a mudança da correlação de forças no interior do bloco dominante, que acarretou em uma mudança no núcleo duro do poder político. Agora não mais comandada pelas oligarquias cafeicultoras, mas por outras oligarquias agrárias e o pela burguesia industrial. A figura de Getúlio Vargas é a representação desse novo pacto entre as classes, um pacto conciliativo, em outras palavras, uma ampla coalização de forças para impulsionar uma agenda de modernização brasileira através do desenvolvimento capitalista. Nessa agenda também é notado a introdução da política social com objetivo de transformar as expressões da luta de classes em um processo de colaboração de classes, impulsionando a construção do Estado Social (Behring 2006; Faleiros, 2000)

A nova correlação de forças no interior da classe dominante, e o pacto com burocracia pública e a classe trabalhadora industrial foram fundamentais para garantir o desenvolvimento da industrialização e a transição pela via não-clássica ao capitalismo em contraposição a ideia de que o jogo espontâneo das forças capitalista levaria à industrialização. Assim, condicionados por essa dinâmica, o pensamento social latino-americano ao refletir sobre esse processo *sui generis* de desenvolvimento capitalista e a repercussão para classes sociais, inaugura novas interpretações sobre a formação socioeconômica regional considerando suas particularidades históricas.

Entre as interpretações sobre esse período está o nacional-desenvolvimentismo que surge como teoria para reorientar a ordem econômica. Essa teoria concebe o projeto de superação da situação de subdesenvolvimento e dependência a partir da intervenção do Estado no planejamento do desenvolvimento autônomo do capitalismo. Entre os principais elementos, apontamos os seguintes postulados principais:

[...] i) industrialização integral é o caminho para superar a pobreza e o subdesenvolvimento no Brasil; ii) Não há possibilidade de conquistar uma industrialização eficiente mediante o jogo espontâneo das forças do mercado, e por isso é necessário que o Estado planeje o processo; iii) O planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos para promover essa expansão; iv) O Estado deve, ainda, orientar a expansão, captando e orientando recursos financeiros, provendo estímulos especiais, e realizando investimentos diretos naqueles setores nos quais a iniciativa privada é insuficiente. (Bielschowsky, 2005; p.05)

Para Bielschowsky (2005), ao analisar o ciclo ideológico do nacional-desenvolvimentismo, propõe uma periodização composta por quatro subperíodos: nascimento (1930-1945), amadurecido (1945-1955), auge (1956-1960) e crise (1961-1964). A partir da definição dos postulados principais do pensamento desenvolvimentista, que citamos inicialmente, é possível identificar cinco correntes durante o ciclo ideológico, a saber: três variantes do desenvolvimentismo (desenvolvimentismo do setor privado,

desenvolvimentismo não “nacionalista” do setor público, e desenvolvimentismo “nacionalista” do setor público); a corrente neoliberal e a corrente socialista.

Em linhas gerais, o período de 1930-1961 é marcado pelo surgimento e amadurecimento das ideias desenvolvimentista. Despertou-se para o projeto de implementação de um setor industrial integrado capaz de produzir internamente os insumos e bens de capital a partir planejamento econômico pelo Estado com investimento em setores estratégicos. Essas ideias representam a tomada de consciência do projeto nacional por parte de uma pequena elite de empresários reunidos em entidades como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e também, por parte dos técnicos governamentais que formavam o quadro das novas instituições do Estado Novo. Na transição democrática no período pós-guerra (1945-1950), com a queda de Vargas, ocorreu o amadurecimento das ideias nacional-desenvolvimentistas, sobretudo, com avanços no conteúdo analítico em oposição a ideologia liberal do pós-guerra. Um período marcado por forte disputa ideológica frente a um ressurgimento das ideias liberais.

Em meados dos anos 1950 surgem dois grupos de intelectuais responsáveis pelo suporte analítico para o crescimento econômico que caracterizou parte dos países latino-americanos até a década de 1980, são eles: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Esses teóricos se colocavam no campo da esquerda, mas adotavam ideias reformistas que presumiam que a revolução industrial estava sendo conduzida por uma coalização de forças comandada pela burguesia nacional. O principal ponto de convergência entre os dois grupos era a defesa da estratégia nacionalista em termos econômicos frente às pressões imperialistas. Era fundamental construir um Estado-Nação forte e autônomo para o desenvolvimento do capitalismo e superação do subdesenvolvimento latino.

A CEPAL, como organismos da Organização das Nações Unidas (ONU), não utilizava o conceito de imperialismo, mas relação “centro” e “periferia”, uma subordinação informal das economias capitalista-mercantilistas periféricas aos países industrializados. Para os intelectuais da CEPAL e ISEB, a industrialização era sinônimo de desenvolvimento econômico que deveria ser adotado como uma estratégia nacional envolvendo um acordo entre as classes sociais. Batizada de nacional-desenvolvimentismo pelo ISEB, a sociedade latino-americana não era apenas composta por uma oligarquia agrária dominante e uma massa rural, mas passava por um processo de diferenciação entre as classes, dando origem a uma classe trabalhadora urbana e uma nova classe dirigente na forma da burguesia nacional industrial. Esses dois grupos criticaram o desenvolvimento econômico para

América Latina com base no *laissez-faire*, que era visto como um instrumento que promovia os interesses dos países ricos em detrimento ao subdesenvolvimento da periferia. Em seu congresso de 1958, o PCB (Partido Comunista Brasileiro) principal partido de massas da época também adotou a tese da burguesia-nacional.

Considerado uma estrutura acima das classes sociais e das suas lutas, o Estado foi elencado pelos setores reformistas como ator central das transformações necessárias para a superação do subdesenvolvimento, capaz de soldar interesses antagônicos dos trabalhadores e dos burgueses industriais, conciliando o inconciliável. Segundo as análises dualistas, o atraso colonial, feudal e/ou semifeudal) seria uma barreira ao moderno (capitalismo) e precisava ser removido. Defendiam reformas típicas das revoluções democrático-burguesas, como a agrária, a tributária, a consolidação de leis trabalhistas (especialmente dos trabalhadores rurais), o direito ao sufrágio universal, a livre organização classista e um conjunto de políticas econômicas para a geração de emprego e aumento da massa salarial. Ou seja, as reformas da revolução democrático-burguesa tocariam em elementos estruturais do subdesenvolvimento, tendo como base social organizações da classe trabalhadora coligadas com setores progressistas da intelectualidade e com uma burguesia nacional, sob a bênção de um pacto social orquestrado e sancionado pelo Estado. (CASTELO, 2012; p. 622)

A revolução cubana de 1959 representa uma possibilidade de radicalização da luta de classes na América Latina e levou ao rompimento de alguns setores de esquerda com a estratégia nacional-desenvolvimentista, uma transição do pensamento nacional-desenvolvimentismo para a interpretação da dependência. As concepções sobre o passado feudal/semifeudal e da existência de uma burguesia nacional foram confrontadas pelos intelectuais da dependência, entre eles: Florestan Fernandes e Octávio Ianni vinculados à Universidade de São Paulo (USP) na chamada Escola de Sociologia de São Paulo; e Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos à Universidade de Brasília (UnB) pelas fileiras da Polop (Organização Revolucionária Marxista Política Operária).

Influenciados pelos estudos de André Gurder Frank, os intelectuais da dependência na corrente associativa ou marxista preocupavam-se em mostrar a responsabilidade das elites locais, sobretudo na pactuação subordinada ao imperialismo, pelo subdesenvolvimento. Assim, rejeitavam fundamentalmente a tese de uma interpretação nacional-burguesa do ISEB e CEPAL, em outras palavras:

Enquanto a interpretação do ISEB e da CEPAL assumia a possibilidade da existência de uma burguesia nacional nos países latino-americanos e atribuía a ela um papel crucial na construção das nações latino-americanas e na liderança do desenvolvimento econômico, a interpretação da dependência se caracteriza pela negação radical da possibilidade de existência dessa burguesia-nacional (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 32).

Em meados de 1963 o mandato de João Goulart procurou aprofundar um projeto

nacional-popular. Contudo, foi deposto logo em seguida por um golpe civil-militar que instaurou a autocracia burguesa e consolidou o tripé: burguesia internacional, burguesia brasileira e Estado nacional. Assim, o golpe de 1964 confirma as teses do caráter contraditório da burguesia nacional, que ora se associa ao capital estrangeiro, ora pode assumir um discurso nacionalista. Assim:

Os grupos progressistas, dos trabalhadores aos comunistas, dos reformistas aos revolucionários que apoiavam em maior ou menor grau o nacional-desenvolvimentismo foram derrotados e massacrados por uma ditadura civil-militar de vinte anos, e o desenvolvimentismo tomou novos rumos sob o tacão de ferro dos militares, da tecnocracia estatal e da burguesia hegemônica pelos monopólios internacionais. (CASTELO, 2012; p.620)

Anterior ao golpe, os intelectuais Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos em consonância aos debates da Polop começaram a esboçar a vertente marxista da dependência. O primeiro debate realizado discorreu sobre a não existência do feudalismo no Brasil. Em seguida, em razão do momento histórico, o debate esteve voltado para o entendimento da formação econômica-social a partir das categorias esboçadas na crítica da economia política. Ao analisar a formação econômica-social sob a ótica marxista, esses autores pretendiam fazer uma oposição às teses nacional-desenvolvimentistas. Ruy Mauro Marini é o autor que mais se destacou na elaboração do arcabouço teórico da TMD, sendo responsável pela conceituação da categoria superexploração da força-de-trabalho.

Contudo, o golpe civil-militar impediu a continuidade desses estudos no Brasil. Para se livrar da repressão no Brasil, Marini se exila primeiramente no México onde escreve a obra *Subdesenvolvimento e Revolução*, um texto que expressa uma análise da realidade brasileira no período da ditadura. Em razão dos problemas políticos do México, estrangeiros exilados migram rumo a outros países. Assim, Marini chega ao Chile para seu segundo exílio, onde foi incorporado ao Centro de Estudos Socioeconômico, onde elaborou a obra *A dialética da dependência*.

Em linhas gerais, o principal objetivo da TMD era entender a relação intrínseca e parasitária entre o desenvolvimento do sistema capitalista nos países do centro, à medida que aprofunda o subdesenvolvimento dos países periféricos, sobretudo da América Latina: “Em outros termos, é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano o que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram nesse resultado” (idem, 1973, p.2).

Esses países já haviam sido incorporados ao sistema capitalista a partir do século XVI, nesse sentido, surgem como econômicas mercantil subordinadas, inviabilizando as teses sobre a existência do modelo feudal nessas economias. Nas palavras de Marini (2014)

A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseje compreender a situação que este sistema enfrenta atualmente e as perspectivas que a ele se abrem. Inversamente, apenas a compreensão segura da evolução da economia capitalista mundial e dos mecanismos que a caracterizam proporciona o marco adequado para situar e analisar a problemática da América Latina. (p.47)

Marini propõe uma periodização da relação de dependência, divididas em 4 fases históricas da superexploração correspondente as diferentes divisões internacionais do trabalho: a primeira fase corresponde a consolidação da relação de dependência no século XIX; a segunda fase se expressa com a superexploração do trabalho através da industrialização por substituição de importações, localizado entre a Primeira e Segunda Guerras mundiais; a terceira fase inaugura-se na década de 1950, marcada pela entrada de tecnologia estrangeira sob a forma de investimentos diretos das grandes empresas multinacionais no Brasil e a quarta fase histórica da superexploração do trabalho corresponderia ao neoliberalismo, apontada por Marini em um de seus últimos escritos. (Bueno, 2016)

A América Latina surge como tal ao se incorporar no sistema capitalista em formação no século XVI, isto é, foram incorporadas ao capitalismo mercantil europeu. Com a decadência dos países ibéricos que primeiramente se apossaram dos territórios americanos engendra situações conflitantes com as demais potências europeias. Porém, é a Inglaterra, mediante a sua dominação imposta aos países ibéricos, que prevalece no controle e na exploração desses territórios (ibidem).

Com a afirmação definitiva do capitalista industrial na Europa nos três primeiros quartos do século XIX, principalmente na Inglaterra, a região latino-americana é chamada a uma participação mais ativa ao mercado mundial. Neste momento como produtora de matérias-primas e também como consumidora de uma parte da produção leve europeia. O

fim do pacto colonial ibérico resulta no processo de independência política, cujo ciclo termina na primeira metade do século XIX. A partir desse momento se dá a integração dinâmica dos novos países ao mercado mundial, assumindo duas modalidades que corresponde as condições reais de cada país para realizar a integração (ibidem).

Os países que respondem prontamente às exigências internacionais são aqueles que apresentam melhores condições de infraestrutura e transporte, desenvolvidas durante o período colonial e que também demonstram capacidade de criar políticas relativamente estáveis. Os países Brasil, Chile e Argentina aumentm sensivelmente seu comércio com as metrópoles europeias, baseada na exportação de café, cereais, cobre, açúcar, carnes, couro e lã. Por sua vez, utilizando o crédito oferecido pela Inglaterra aumentam suas importações de bens de consumo não duráveis e começam a construção de um sistema de transporte. (ibidem).

Novas potências se projetam no cenário capitalista internacional a partir de 1875, em especial, os Estados Unidos, que começa a instaurar uma política de choque com os interesses britânicos. Principalmente no Brasil, percebe a tendência a direcionar suas exportações para a nova potência do Norte. Nos países centrais aumenta o desenvolvimento da indústria pesada, a economia se orienta para concentração das unidades produtivas, por consequência a formação dos monopólios.

Esses traços gerados pela acumulação capitalista anterior, forçam o capital a buscar campos de aplicação fora das fronteiras nacionais, mediante aos empréstimos públicos e privados, financiamento e investimento diretos. Diferentemente de outros momentos, para o capital estrangeiro a América Latina assume a função de subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração de capital nas economias centrais (Ibidem).

Em razão da aceleração do processo de industrialização e urbanização nos países centrais, que aumenta a demanda por matérias-primas e alimentos, os países latino-americano conhece um auge das exportações. No entanto, esse crescimento da demanda por exportações aprofunda a sua dependência frente aos países industrializados. Efetivamente o principal setor de exportação dos países dependentes, é assegurado pelo capital estrangeiro (Ibidem). Nas palavras de Marini (1973):

Esta digressão era indispensável se desejássemos entender bem porque a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para desenvolver o modo de produção especificamente capitalista, que se baseia na mais-valia relativa. Já mencionamos que uma das funções que lhe foi atribuída, no marco da divisão internacional do trabalho, foi a de prover os países industriais dos alimentos exigidos pelo crescimento da classe operária, em particular, e da população urbana, em geral, que ali se dava. A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribuiu para criar, e que alcançou seu auge na segunda metade do século 19, será um elemento decisivo para que

os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência. (14) O efeito dessa oferta (ampliada pela depressão de preços dos produtos primários no mercado mundial, tema a que voltaremos adiante) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens, salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais.

Diferente do que ocorre nos países centrais, em que a atividade econômica está subordinada à relação entre as taxas internas de mais-valia e de investimento, no caso dos países dependentes o instrumento econômico fundamental provém da relação exportação-importação, mesmo que seja obtida no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo, mediante a atividade de exportação. Esses rendimentos se aplicam, em sua maior parte na importação.

Nos países que a principal atividade de exportação está sob controle das classes dominantes locais existe uma relativa autonomia sobre as decisões de investimento do excedente. Em alguns casos, para atender o consumo das camadas da população que não têm acesso aos bens importados, ou então como defesa contra as crises cíclicas, parte do excedente se orienta também para atividades vinculadas ao mercado interno. Por isso, em alguns países desenvolve-se uma incipiente indústria leve que produz exclusivamente para o mercado interno (ibidem). Contudo, a parte substancial da mais-valia é extraída do país de origem através do mecanismo de transferências de lucros, e também de ciclos depressivos nas metrópoles:

Deste modo, com maior ou menor grau de dependência, a economia que se cria nos países latino-americanos, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, é uma economia exportadora, especializada na produção de alguns poucos bens primários. Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção (ibidem, p.52)

Em linhas gerais, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, a economia que se cria nos países da América Latina é uma economia exportadora, especializada na produção de alguns bens primários. Em maior ou menor grau de dependência, a parte variável da mais-valia que se produz aqui é drenada para os países centrais. Drenagem que ocorre por meio da estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção (ibidem).

As classes dominantes nacionais dos países dependentes tratam de compensar

desta perda aumentando o valor absoluto da mais-valia criada “pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida.” (ibidem, p.52). A partir do mecanismo de transferência de valor entre as economias desenvolvidas e dependentes, a Teoria Marxista da Dependência estabelece a sua principal categoria analítica. A superexploração da força de trabalho será esboçada na obra *Subdesenvolvimento e Revolução* (1967), contudo é no texto *Dialética da Dependência* (1972) que essa categoria é apresentada como elemento fundamental para o entendimento do subdesenvolvimento.

De modo geral, a superexploração corresponde ao pagamento da força de trabalho por debaixo do seu valor como mecanismo das elites locais para compensar a perda de mais-valia na transferência às economias centrais:

[...] a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual "o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital", implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente.

Enquanto nos países do centro a reprodução do capital é apoiada da extração da mais-valia relativa, ou no incremento da capacidade produtiva, que somente em situações de crise, usam os mecanismos da mais-valia absoluta. No caso dos países dependentes, pelo fato terem que contribuir duplamente para o processo de acumulação, do centro e internamente, ocorre a extração da mais-valia extraordinária, na feição da superexploração da força de trabalho. Para Marini (1973), o problema colocado pela troca desigual para os países latino-americanos não é o de se contrapor à transferência de valor, mas compensar a perda dessa parte da mais-valia no plano da superexploração da força de trabalho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atender os objetivos deste trabalho, primeiro, apresentamos os principais elementos da nossa fundamentação teórica. Debateremos duas perspectivas de produção científica e os seus respectivos contextos históricos. O nosso objetivo específico foi localizar os pressupostos teóricos do nosso tema. Ao propor uma abordagem ontológica, pautada na obra marxiana, afirmamos a centralidade do trabalho para a produção do conhecimento científico.

Em seguida, propomos um debate a respeito da Geografia, demonstrando que a sua sistematização como conhecimento é fruto também da cientificidade moderna debatida na seção anterior. Ao recuperar os elementos gerais da crítica à Geografia, evidenciamos por quais caminhos foram possíveis estabelecer novos parâmetros para Geografia. Propomos uma Geografia também pautada na centralidade do trabalho com base na teoria do valor-trabalho esboçada na obra marxiana. Assim, propomos a centralidade do trabalho como categoria ontológica do ser social também na Geografia.

Avançando para uma leitura sintetizada da fase atual do capitalismo global. A fase denominada de madura produz e reproduz padrões distintos de acumulação nas escalas locais e regionais. O desenvolvimento desigual e combinado, configurado no caráter da divisão internacional do trabalho, designa, no processo de circulação, os centros mundiais de acumulação e regiões dependentes responsáveis pela transferência de valor que tendem a retroalimentar essa polarização.

Para apreender os principais desdobramentos da divisão internacional do trabalho para o espaço brasileiro é preciso, em outros termos, conhecer a forma particular que o capitalismo dependente acabou por adotar. Assim, a categoria superexploração da força de trabalho é um importante aporte teórico para o entendimento da forma particular do capitalismo brasileiro, principalmente do papel que cabe à América Latina na economia global.

Na divisão internacional do trabalho, enquanto os centros tendem a gravitar para a

mais-valia relativa, à medida que se desenvolve o modo de produção capitalista e sua base tecnológica. No caso dos países dependentes, sobretudo a partir da dependência tecnológica, os seus padrões de acumulação fundamentam-se na superexploração do trabalho, isto é, a extração da mais-valia extraordinária. No sistema capitalista mundial, a América Latina assume a função de contribuir abertamente com uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional para aumentando assim a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista. Esse mecanismo de extração da mais-valia marcado pelo rebaixamento salarial da população em geral, implica em diversas consequências sociológicas, sobretudo, a desigualdade social, traços marcantes nos espaços geográficos dos países dependentes.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2006

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. SEMINÁRIO BRASIL-CHILE: Una Mirada Hacia América latina y sus Perspectivas, Santiago de Chile, 2005.

BRESSER-PEREIRA. Três interpretações da Dependência. Perspectivas, São Paulo, v. 38, p.17-48, dez. 2010.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p.613-636, dez. 2012v

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

FALEIROS, V. P. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. Política Social- Módulo 3. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais

LESSA, Sergio. **Mundos dos Homens: Trabalho e Ser Social**. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos: para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. A Dialética da dependência. Revista latinoamericana de ciências sociales, flacso. Santiago de chile, n° 5, jun./1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm> Acessado em: 20/01/2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 5. ed. Florianópolis: Insular, 2014.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. 1 v.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena história Crítica**. 17. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, Ruy. As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho. Ciência Geográfica, ano VII, n. 20, 2001.

- NETTO, José Paulo (Org.). O leitor de Marx. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. Trabalho Duplicado: A divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- RANIERI, Jesus. Trabalho e Dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir. São Paulo: Boitempo, 2011.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- THOMAZ JR, Antonio. Por uma geografia do trabalho. Revista Pegada, v. 3, 2002.
- THOMAZ JR, Antonio. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. Revista pegada, v. 12, n. 1, 2011.
- TONET, Ivo. Método Científico: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.